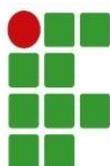


RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

— ANO REFERÊNCIA:2019 —



INSTITUTO FEDERAL

Goiás



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

**RELATÓRIO
— PARCIAL —
AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL**



Maio, 2020



Reitoria do IFG

Reitor

Jerônimo Rodrigues da Silva

Diretoria Executiva

Adriana dos Reis Ferreira

Pró-Reitoria de Administração

José Carlos Barros Silva

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Amaury França Araújo

Pró-Reitoria de Ensino

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

Pró-Reitoria de Extensão

Daniel Silva Barbosa

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Paulo Francinete Silva Junior

Diretores Gerais dos Câmpus

Câmpus Águas Lindas

Tiago Gomes de Araújo

Câmpus Anápolis

Elza Gabriela Godinho Miranda

Câmpus Aparecida de Goiânia

Ana Lucia Siqueira de Oliveira

Câmpus Cidade de Goiás

Sandro Ramos de Lima

Câmpus Formosa

Thiago Gonçalves Dias

Câmpus Goiânia

Maria de Lourdes Magalhães

Câmpus Goiânia Oeste

Cleberson Pereira Arruda

Câmpus Inhumas

Luciano dos Santos

Câmpus Itumbiara

Aline Silva Barroso

Câmpus Jataí

Mara Rúbia de Souza Rodrigues Moraes

Câmpus Luziânia

Reinaldo de Lima Reis Júnior

Câmpus Senador Canedo

Maria Betânia Gondim da Costa

Câmpus Uruaçu

Andreia Alves do Prado

Câmpus Valparaíso

Reginaldo Dias dos Santos



Equipe Comissão Central da CPA 2017/2020

Portaria nº 1019 de 26/04/2018- Atualizada 2453de 16/10/2018
116 de 21/01/2020

Darlene Ana de Paula Vieira
Representante Docente
Presidente

Priscila Branquinho Xavier
Representante Docente

Ana Paula Araújo Martins
Representante Técnico-Administrativa

Ivaine Maria da Silva Melo
Representante Discente

Gustavo Henrique Garcez Andrade
Representante Discente

Liana Jayme Borges
Representante indicada pela Universidade Federal de Goiás

Antoniél Aniceto de Oliveira
Representante indicado pelo IFGoiano



Colaboradores da CPA Central ano 2019

Danielle Fernanda Morais Pavan
Técnica-Administrativa
Câmpus Goiânia

Daniel Xavier de Sousa
Docente
Câmpus Anápolis

Bruno de Araújo Alves
Discente
Câmpus Anápolis

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica
CEFET-GO – Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONSUP – Conselho Superior
CONEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPC – Conceito Preliminar de Curso
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

IES – Instituições de Educação Superior
IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
IGC – Índice Geral dos Cursos
UFG – Universidade Federal de Goiás
IFGoiano – Instituto Federal Goiano
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
MEC – Ministério da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PEI - Procuradoria Educacional Institucional
PPE – Plano de Permanência e Êxito
PPI – Projeto Pedagógico da Instituição
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SLAs – Subcomissões Locais de Avaliação
TAE – Técnico/a Administrativo/a

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Quantidade e Proporção de estudantes por Câmpus – 2020	21
Gráfico 2: Média das notas obtidas nas avaliações de cursos superiores por Dimensão e Média do Conceito	25
Gráfico 3: O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019- 2023) é:(Pergunta obrigatória para todos os segmentos).....	48
Gráfico 4: O seu conhecimento sobre a missão (função social) do IFG é: (Pergunta obrigatória para todos os segmentos)	50
Gráfico 5: O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente é: (Pergunta para todos os segmentos)	57
Gráfico 6: O respeito pelas diferenças de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica no IFG é: (Pergunta para todos os segmentos).....	59
Gráfico 7: A política de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG é:(Pergunta para todos os segmentos).	61
Gráfico 8: O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG é: (Pergunta para todos os segmentos).	63
Gráfico 9: A política de gestão de pessoas no IFG é: (Segmento docente e Técnico-Administrativo) 70	
Gráfico 10: A atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é: (Segmento Docente)72	
Gráfico 11: A política de capacitação para os servidores técnico administrativos no IFG é:(Câmpus-Técnicos-Administrativos)	73
Gráfico 12: A política de capacitação dos servidores técnicos administrativos no IFG é: (Reitoria-Técnicos-Administrativos)	74
Gráfico 13: A atuação da Comissão Interna de Supervisão de Carreira (Servidores Técnicos-administrativos -Câmpus)	75
Gráfico 14: A atuação da Comissão Interna de Supervisão de Carreira (Servidores Técnicos-administrativos-Reitoria).....	76
Gráfico 15: A garantia da participação democrática nas tomadas de decisões nos colegiados do IFG: (Pergunta para todos os segmentos)	78
Gráfico 16: A infraestrutura da biblioteca do IFG é: (Segmento Docente, Discente e Técnico-Administrativo do Câmpus)	86
Gráfico 17: O acervo da biblioteca voltado para seu curso é: (estudantes).....	88
Gráfico 18: O acervo da biblioteca voltado para sua área de atuação é: (docentes)	89
Gráfico 19: As condições das salas de aula (dimensão, iluminação, comodidade, recursos didáticos, dentre outros) do IFG são:.....	90
Gráfico 20: A forma como os laboratórios didáticos, necessários para sua área de atuação, atendem as demandas de ensino, pesquisa e extensão (considere estrutura e insumos) é:(Segmento Docente, discente e técnico-administrativo).....	92
Gráfico 21: A acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no IFG é:(Todos os segmentos).....	94
Gráfico 22: As áreas de convivência para estudantes nos Câmpus é:	96
Gráfico 23: As áreas de convivência para os servidores no IFG são:	97
Gráfico 24: Os espaços administrativos da reitoria são: (segmento técnico-administrativo da reitoria)	99

Lista de Quadros

Quadro 1: Distribuição da oferta de vagas no IFG.....	18
Quadro 2: Quantidade de estudantes matriculados por nível e modalidade.....	21
Quadro 3: Avaliações internas e externas	22
Quadro 4: Eixos e Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional do INEP	23
Quadro 5: Dimensões avaliadas pelo INEP	23
Quadro 6: Síntese dos resultados das avaliações de cursos superiores do IFG (2019)	24
Quadro 7: Composição da CPA Central IFG 2020	29
Quadro 8: Composição das Subcomissões Locais (CPA).....	31
Quadro 9: Estudantes matriculados nos cursos superiores do IFG	39
Quadro 10: Cronograma de execução das atividades de sensibilização, referente aos processos de autoavaliação 2018-2019.....	41
Quadro 11: Cronograma de atividades para Elaboração dos Relatórios Locais e Institucional - 2019.	43

Lista de Tabelas

Tabela 1: Síntese das notas recebidas pelo IFG nos indicadores de qualidade estabelecidos pelo MEC.	27
Tabela 2: Participação na Autoavaliação Institucional por segmento da comunidade (2017-2019).....	34
Tabela 3: População e amostra por segmento da comunidade.	39
Tabela 4: O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019- 2023) é: (Pergunta obrigatória para todos os segmentos).....	48
Tabela 5: O seu conhecimento sobre a missão (função social) do IFG é: (Pergunta obrigatória para todos os segmentos).	50
Tabela 6: O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente é: Pergunta para todos os segmentos).	57
Tabela 7: O respeito pelas diferenças de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica no IFG é: (Pergunta para todos os segmentos).....	59
Tabela 8: A política de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG é:(Pergunta para todos os segmentos).	61
Tabela 9: O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG é: (Pergunta para todos os segmentos).	63
Tabela 10: A política de gestão de pessoas no IFG é: (Segmento Docente e Técnico-Administrativo).	70
Tabela 11: A atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é: (Segmento Docente). 72	
Tabela 12: A política de capacitação para os servidores técnico administrativos no IFG é:(Câmpus-Técnicos-Administrativos).	73
Tabela 13: A política de capacitação dos servidores técnicos-administrativos no IFG é: (Reitoria-Técnicos-Administrativos).	74
Tabela 14: A atuação da Comissão Interna de Supervisão de Carreira (Servidores Técnicos-administrativos -Câmpus).	75
Tabela 15: A atuação da Comissão Interna de Supervisão de Carreira (Servidores Técnicos-administrativos-Reitoria).....	76
Tabela 16: A garantia da participação democrática nas tomadas de decisões nos colegiados do IFG: (Pergunta obrigatória para todos os segmentos).....	78
Tabela 17: A infraestrutura da biblioteca do IFG é: (Segmento Docente, Discente e Técnico-Administrativo-biblioteca do Câmpus).	86
Tabela 18: O acervo da biblioteca voltado para o seu curso é:	88
Tabela 19: O acervo da biblioteca voltado para sua área de atuação é: (docentes).....	89
Tabela 20: As condições das salas de aula (dimensão, iluminação, comodidade, recursos didáticos, dentre outros) do IFG são:.....	90
Tabela 21: A forma como os laboratórios didáticos, necessários para sua área de atuação, atendem as demandas de ensino, pesquisa e extensão (considere estrutura e insumos) é:(Segmento Docente, discente e técnico-administrativo).....	92
Tabela 22: A acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no IFG é: (Todos segmentos).....	94
Tabela 23: As áreas de convivência para estudantes nos Câmpus é: (Estudantes).	96

Tabela 24: As áreas de convivência para os servidores no IFG são:.....	97
Tabela 25: Os espaços administrativos da reitoria são: (segmento técnico-administrativo da reitoria).	99
Tabela 26: Evolução dos limites orçamentários dos Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.....	109
Tabela 27: Previsão orçamentária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás para 2019, especificando as 15 unidades (Câmpus e Reitoria).	109

Sumário

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	17
1.2	ATOS REGULATÓRIOS, INDICADORES DE QUALIDADE E AVALIAÇÕES	21
1.3	AVALIAÇÃO <i>IN LOCO</i>	22
1.3.1	AVALIAÇÕES <i>IN LOCO</i> – RECONHECIMENTO DE CURSOS SUPERIORES DO IFG EM 2019	24
1.3.2	INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	25
1.3.2.1	Indicadores de qualidade do IFG.....	27
1.4	AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	27
1.4.1	ATUAL COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS DA(S) CPA(S) DO IFG.....	29
1.4.2	EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFG 32	
1.4.2.1	Proposta de melhorias decorrentes do Seminário de Autoavaliação 2019.....	35
2	METODOLOGIA	36
2.1	DELINEAMENTO DO ESTUDO	37
2.2	INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	37
2.2.1	Questionários.....	38
2.2.2	Definição da População da Pesquisa	39
2.3	ESCALAS, CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS E INDICADORES	40
2.4	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	41
3	AUTOAVALIAÇÃO 2019: RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES DECORRENTES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	45
3.1	EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	45
3.1.1	Dimensão VI: Missão Institucional e PDI.....	46
3.1.1.1	Conhecimento da comunidade sobre o PDI	48
3.1.1.2	Conhecimento da comunidade sobre a missão (função social) do IFG.....	50
3.1.2	Dimensão III - Responsabilidade Social:	52
3.1.2.1	Responsabilidade ambiental:.....	52
3.1.2.2	Respeito às diferenças:	54
3.1.2.3	Inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas:.....	55
3.1.2.4	O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico	55
3.1.2.5	Responsabilidade ambiental	57
3.1.2.6	Respeito pelas diferenças	59
3.1.2.7	A política de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG é: 61	

3.1.2.8	Incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico	63
3.1.3	Sugestões e críticas da comunidade para os aspectos avaliados no Eixo Desenvolvimento Institucional.....	65
3.1.4	Sugestões da CPA para o EIXO: Desenvolvimento Institucional.....	66
3.1.5	Acompanhamento da apropriação das sugestões da CPA para o Eixo e Desenvolvimento Institucional.....	67
3.2	EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO.....	68
3.2.1	Dimensão V- Políticas de Pessoal:.....	69
3.2.1.1	Política de gestão de pessoas a Instituição	70
3.2.1.2	Atuação da CPPD.....	72
3.2.1.3	Política de Capacitação Técnicos-Administrativos	73
3.2.1.4	Atuação da CIS.....	75
3.2.2	Dimensão VI - Organização e Gestão da Instituição:	77
3.2.2.1	Participação nas tomadas de decisões	78
3.2.3	Críticas e sugestões da comunidade para o Eixo: Políticas de Gestão	80
3.2.4	Sugestões da CPA para o Eixo: Políticas de Gestão	81
3.2.5	Acompanhamento da apropriação das sugestões da CPA para o Eixo Políticas de Gestão	82
3.3	EIXO V: INFRAESTRUTURA.....	83
3.3.1	Dimensão VII: Infraestrutura Física:.....	83
3.3.1.1	Bibliotecas:.....	83
3.3.1.2	Salas de aulas:	84
3.3.1.3	Laboratórios:	84
3.3.1.4	Acessibilidade física:.....	84
3.3.1.5	Espaços de convivência:.....	84
3.3.1.6	Espaços administrativos da reitoria:.....	85
3.3.1.7	Bibliotecas- Infraestrutura.....	86
3.3.1.8	Acervo da biblioteca-estudantes.....	88
3.3.1.9	Acervo da biblioteca – docentes.....	88
3.3.1.10	Condições gerais das salas de aula	90
3.3.1.11	Condições gerais dos laboratórios.....	92
3.3.1.12	Acessibilidade física.....	94
3.3.1.13	Áreas de convivências	96
3.3.1.14	Áreas de convivências para os servidores:	97
3.3.1.15	Espaços administrativos da reitoria.....	99
3.3.2	Críticas e sugestões da comunidade para o Eixo: Infraestrutura	100
3.3.3	Sugestões da CPA para o EIXO: Infraestrutura	106
3.4	Sustentabilidade Financeira.....	107

4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
5	REFERÊNCIAS:.....	111

1 INTRODUÇÃO

A Autoavaliação Institucional é um processo permanente de análise das ações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) que, junto as avaliações externas e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), contribui para a indução de qualidade da Instituição. Deve ser vista como um processo de autoconhecimento e prestação de contas a ser conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), envolvendo toda a comunidade que compõe a Instituição,

É um importante instrumento que o IFG utiliza para o desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo e foi instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que, de acordo com a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem entre seus objetivos produzir conhecimentos, identificar causas de problemas ou deficiências, subsidiar a tomada de decisão da Instituição, melhorar a qualidade da educação superior e, acima de tudo, prestar contas à sociedade.

A Autoavaliação Institucional possui natureza tanto formativa quanto emancipatória. Conforme ela ocorre, a Instituição tem uma visão mais robusta a respeito das atividades e ações acadêmicas e administrativas. Este processo é anualmente consolidado por meio de Relatórios de Autoavaliação Institucional que tem por finalidade sistematizar e levar ao conhecimento da comunidade os resultados obtidos, fomentar a cultura de avaliação institucional, promover melhorias na Instituição e subsidiar os processos de avaliação externa.

O processo de autoavaliação 2019 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás foi conduzido a partir do Plano de Autoavaliação Institucional (2017-2019) que estabeleceu objetivos, métodos e prazos para a fortalecimento da cultura de autoavaliação e para elaboração do presente Relatório de Autoavaliação Institucional, referente ao ano de 2019.

Elaborado em sua versão PARCIAL, dentre as 10 dimensões do Plano de Desenvolvimento Instrucional, exigidas pelo art. 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004: a autoavaliação do ano 2019 aborda as seguintes dimensões:

Dimensão I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

Dimensão III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

Dimensão V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

Dimensão VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e

autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

Dimensão VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

Dimensão X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

O Relatório está estruturado conforme proposta de roteiro da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 e apresenta a seguinte estrutura:

1. Apresentação da Instituição: apresenta um breve histórico da Instituição e sua atual estrutura;
2. Atos regulatórios da Educação Superior: contextualiza o leitor a respeito dos atos regulatórios estabelecidos na Portaria nº 40 de 2007, atualizada em 2010;
3. Consolidação do processo de autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: expõe a trajetória do processo de autoavaliação da Instituição.
4. Metodologia: apresenta métodos e etapas da condução da autoavaliação institucional do ano 2019, tais como: delineamento do estudo, instrumentos e técnicas de coleta de dados, definição da população de pesquisa, escalas e critérios de análise.
5. Resultados, análises e sugestões: nesta seção é apresentado ao leitor, os resultados da pesquisa de autoavaliação, as análises dos resultados e as propostas de melhorias ao IFG.
6. Desafios para os próximos processos de autoavaliação.

O Relatório de Autoavaliação visa fomentar a cultura de avaliação institucional e é compreendido de forma substancial e não só como mero procedimento burocrático ou movimento de avaliar por avaliar. O presente Relatório busca contribuir efetivamente para promoção de melhorias na Instituição por meio da disponibilização dos dados, análises e sugestões da CPA para os agentes envolvidos nos processos deliberativos, de modo que as políticas institucionais sejam cada vez mais assertivas. Além disso, busca permitir uma visão geral das atividades desenvolvidas, das condições de trabalho e dos resultados obtidos nas diferentes ações desenvolvidas, permitindo avaliação das metas definidas no Planejamento Institucional do IFG.

Os resultados da autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, referente ano de 2019, presentes neste relatório, serão amplamente divulgados à

comunidade acadêmica e discutidos junto à gestão do IFG, em eventos institucionais. A CPA do IFG reconhece que o processo de autoavaliação é muito importante e reforça que ele deve ser articulado às demais ações do IFG e de forma contínua, suas ações devem ser institucionalizadas, garantindo progresso seguro e consistente a sua trajetória.

1.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, transformou os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são autarquias federais com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, criado a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), atualmente conta com, aproximadamente, 14 mil estudantes matriculados em seus 14 Câmpus: Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso.

A Instituição oferece desde a educação básica, com ênfase no ensino técnico integrado ao ensino médio, à pós-graduação *lato e stricto sensu*. Na educação profissional o IFG destina 50% de suas vagas aos cursos técnicos integrados ao ensino médio, inclusive, na educação de jovens e adultos, atuando também na educação profissional subsequente. Na educação superior, a Instituição oferta cursos de graduação de tecnologia, bacharelado e licenciatura. Além disto, possui programas pós-graduação a nível de especialização e mestrado. Atendendo ao tripé de ensino, pesquisa e extensão, oferta cursos de formação profissional de trabalhadores e da comunidade, de Formação Inicial e Continuada (FIC), na metodologia presencial e à distância.

Entre os dias 11 a 14 de março de 2019, o Instituto Federal de Goiás passou pelo processo de Recredenciamento Institucional perante o MEC. Neste processo, uma equipe de avaliadores externos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) visitou a Instituição com o objetivo de avaliar a capacidade institucional de continuidade da oferta de seus cursos superiores.

A equipe do Inep avaliou os eixos: Planejamento e avaliação institucional (eixo 1), Desenvolvimento institucional (eixo 2), Políticas acadêmicas (eixo 3), Políticas de gestão (eixo 4) e Infraestrutura física (eixo 5). A avaliação é feita por meio de conceitos, para cada eixo, em que 1 = inexistente, 2 = insuficiente, 3 = suficiente, 4 = bom/muito bom e 5 = excelente. O IFG

obteve Conceito Final igual a 4, sendo que, na Dimensão 1 = 4, Dimensão 2 = 4, Dimensão 3 = 5, Dimensão 4 = 4, Dimensão 5 = 4, Dimensão 6 = 4, Dimensão 7 = 4, Dimensão 8 = 4, Dimensão 9 = 3 e Dimensão 10 = 3.

Os avaliadores levaram em consideração os documentos postados no sistema e-MEC, os documentos disponibilizados pelo IFG, os documentos consultados “*in loco*” e as reuniões realizadas com a comunidade acadêmica. O Conceito Final atribuído na avaliação do Instituto Federal de Goiás é considerado "Bom/Muito Bom" demonstrando a capacidade da Instituição na oferta de cursos superiores de qualidade.

O quadro que segue esquematiza a distribuição da oferta de vagas, pela Instituição, nos diversos Câmpus e modalidades:

Quadro 1: Distribuição da oferta de vagas no IFG

Câmpus	Modalidade	Total de Matrículas
Águas Lindas	Integrado - EJA	212
	Integrado - Em Tempo Integral	268
	Licenciatura	56
Anápolis	Bacharelado	290
	Integrado - EJA	173
	Integrado - Em Tempo Integral	277
	Integrado – Em tempo Parcial	2
	Licenciatura	220
	Mestrado Profissional	47
	Subsequente	13
	Tecnólogo	137
Aparecida de Goiânia	Bacharelado	187
	Integrado - EJA	162
	Integrado - Em Tempo Integral	271
	Licenciatura	231
Cidade de Goiás	Bacharelado	155
	Integrado - EJA	13
	Integrado - Em Tempo Integral	164
	Licenciatura	57

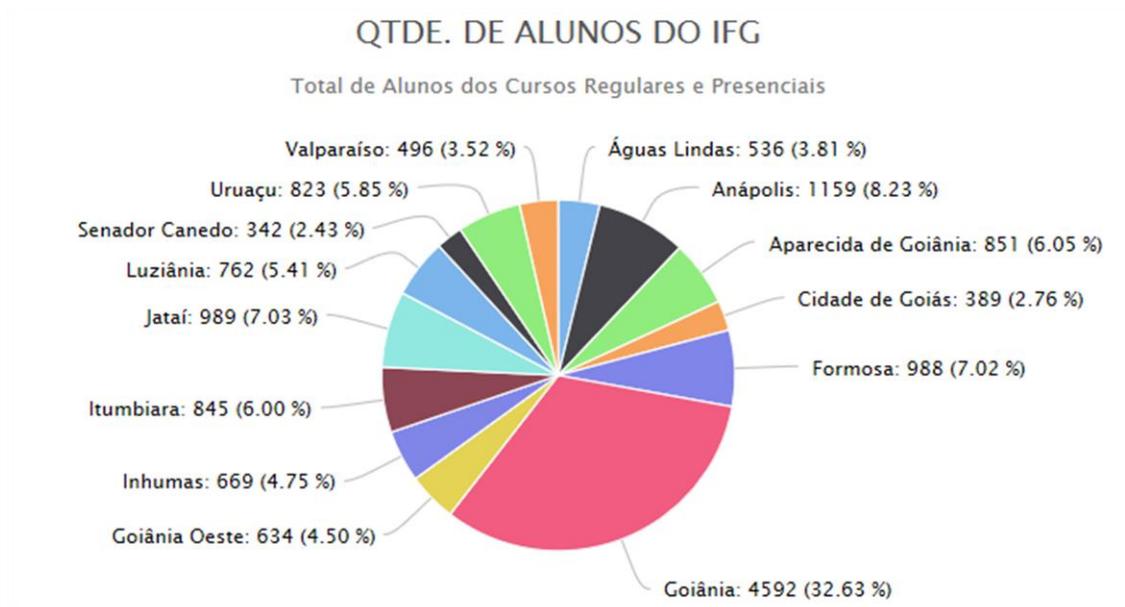
Formosa	Bacharelado	182
	Especialização	47
	Integrado - EJA	199
	Integrado - Em Tempo Integral	184
	Integrado - Em Tempo Parcial	2
	Licenciatura	264
	Tecnólogo	110
Goiânia	Bacharelado	1888
	Especialização	202
	Integrado - EJA	369
	Integrado - Em Tempo Parcial	790
	Licenciatura	963
	Mestrado Profissional	34
	Subsequente	287
	Tecnólogo	59
Goiânia Oeste	Formação Inicial e Continuada (FIC)	30
	Integrado - EJA	87
	Integrado - Em Tempo Integral	261
	Licenciatura	255
Inhumas	Bacharelado	200
	Especialização	23
	Integrado - EJA	46
	Integrado - Em Tempo Integral	325
	Licenciatura	75
Itumbiara	Bacharelado	320
	Especialização	46
	Integrado - EJA	54
	Integrado - Em Tempo Integral	169
	Integrado – Em tempo Parcial	1
	Licenciatura	195
	Subsequente	60

Jataí	Bacharelado	324
	Integrado - EJA	108
	Integrado - Em Tempo Integral	245
	Integrado - Em Tempo Parcial	2
	Licenciatura	54
	Mestrado Profissional	57
	Subsequente	100
	Tecnólogo	99
Luziânia	Bacharelado	144
	Especialização	16
	Integrado - EJA	57
	Integrado - Em Tempo Integral	316
	Licenciatura	223
	Subsequente	3
	Tecnólogo	3
Senador Canedo	Bacharelado	69
	Integrado - EJA	96
	Integrado - Em Tempo Integral	177
Uruaçu	Bacharelado	177
	Integrado - EJA	128
	Integrado - Em Tempo Integral	269
	Integrado - Em Tempo Parcial	1
	Licenciatura	152
	Subsequente	1
	Tecnólogo	95
Valparaíso	Bacharelado	66
	Integrado - EJA	129
	Integrado - Em Tempo Integral	182
	Licenciatura	119
Total de Matrículas no IFG		14.074

Fonte: Visão IFG /11/03/20.

O gráfico 1 sintetiza o número de estudantes do IFG em seus 14 Câmpus, em 11/03/2020:

Gráfico 1: Quantidade e Proporção de estudantes por Câmpus – 2020



Fonte: Visão IFG em 11/03/ 2020

Quadro 2: Quantidade de estudantes matriculados por nível e modalidade.

MODALIDADE	Soma de Total de Matrículas
Bacharelado	4002
Especialização	334
Formação inicial e continuada FIC	30
Integrado - EJA	1833
Integrado - Em Tempo Integral	3108
Integrado - Em Tempo Parcial	798
Licenciatura	2864
Mestrado Profissional	138
Subsequente	464
Tecnólogo	503
Total Geral	14.074

1.2 ATOS REGULATÓRIOS, INDICADORES DE QUALIDADE E AVALIAÇÕES

Em primeiro lugar é preciso contextualizar o/a leitor/a sobre quais são os atos e processos regulatórios que as Instituições de Educação Superior - IES - estão submetidas e o papel das CPAs nos mesmos. Deste modo, tendo em vista a conformidade e a qualidade da oferta de cursos de educação superior no Brasil, o MEC/INEP condiciona o funcionamento das

Instituições de Ensino Superior (IES) e a oferta de cursos a atos regulatórios de Credenciamento e Recredenciamento Institucional; Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação, disciplinados pela Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010 e, o Decreto 5773 de 09 maio de 2006.

Os processos regulatórios realizados pelo INEP consideram e avaliam as IES a partir de avaliações externas e internas, conforme quadro a seguir:

Quadro 3: Avaliações internas e externas

Avaliações Externas	Indicadores de Qualidade	Avaliações internas
Avaliações <i>in loco</i> , relacionadas aos processos de Credenciamento Institucional, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE	Relatórios da Comissão Própria de Avaliação - CPA
	Conceito Preliminar de Curso (CPC), gerado a partir do ENADE e outros insumos.	
	Índice Geral dos Cursos - IGC , gerado a partir dos CPCs e outros insumos.	

1.3 AVALIAÇÃO *IN LOCO*

As avaliações *in loco* compõem os processos regulatórios da educação superior. Tais avaliações são realizadas por comissões do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em visita à IES, com objetivo de avaliar as instituições, nos processos de credenciamento e recredenciamento, e seus cursos, nos processos de autorização, reconhecimento de curso e renovação de reconhecimento de curso.

O INEP utiliza instrumentos próprios que identificam o perfil institucional por cursos ofertados, atividades, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais.

No Instrumento de Avaliação Institucional do INEP¹, documento norteador das avaliações institucionais, as 10 dimensões do PDI são organizadas em 5 eixos, conforme quadro que segue:

Quadro 4: Eixos e Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional do INEP

EIXOS	DIMENSÕES
Eixo I - Planejamento e Avaliação Institucional	Considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.
Eixo II - Desenvolvimento Institucional	Contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.
Eixo III – Políticas Acadêmicas	Abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Estudantes) do Sinaes.
Eixo IV – Políticas de Gestão	Compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.
Eixo V – Infraestrutura Física	Corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

No âmbito dos cursos, de acordo com o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação do INEP², deverão ser avaliadas três dimensões:

Quadro 5: Dimensões avaliadas pelo INEP

Dimensão 1	Organização Didático-Pedagógica
Dimensão 2	Corpo docente e tutorial
Dimensão 3	Infraestrutura

¹ O presente Relatório se baseou no Instrumento de Avaliação Institucional, versão de 2017, disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf

² Em outubro de 2017 o INEP publicou a última versão do Instrumento de Avaliação de cursos de graduação, disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf

1.3.1 AVALIAÇÕES *IN LOCO* – RECONHECIMENTO DE CURSOS SUPERIORES DO IFG EM 2019

Em 2019, quatro cursos do IFG receberam visitas dos avaliadores do INEP para efeito de ato regulatório de Reconhecimento de Curso. O quadro que segue demonstra que todos os cursos avaliados, em 2019, receberam conceitos que os classificam como “Bom” e “Excelente”.

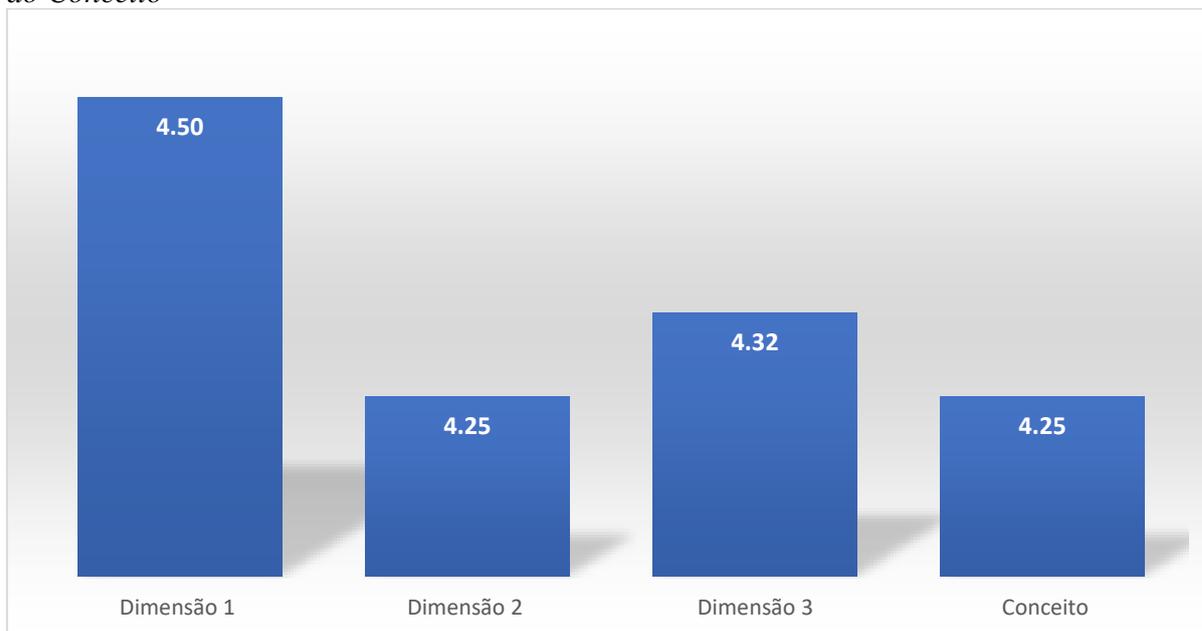
Quadro 6: Síntese dos resultados das avaliações de cursos superiores do IFG (2019)

Curso	Câmpus	Dimensão 1	Dimensão 2	Dimensão 3	Conceito
Cinema e Audiovisual	Cidade de Goiás	4,79	4,56	4,00	4
Artes visuais	Cidade de Goiás	4,56	4,33	4,88	4
Pedagogia Bilíngue	Aparecida	4,83	4,11	4,80	5
Engenharia de Transportes	Goiânia	3,79	4,00	3,60	4
Média		4,50	4,25	4,32	4,25

Fonte: Procuradoria Educacional Institucional (PEI/PROEN/IFG)

Ao analisarmos mais detalhadamente os dados obtidos a partir das avaliações *in loco* realizadas em 2019, observa-se que em alguns cursos as Dimensões 1, 2 e 3 ainda se apresentam como desafio para Instituição. A Dimensão 1 trata da organização didático-pedagógica dos cursos, a Dimensão 2 ao corpo Docente e a Dimensão 3 aborda, principalmente, aspectos relacionados à infraestrutura da Instituição. Na dimensão 1, que avalia a Organização Didático-pedagógica, apesar de uma média maior, ainda apresenta fragilidade para alguns cursos da instituição. Dentre os aspectos analisados a dimensão 2 está acima de 4 de 5 atingível, no entanto, apresentou média menor para os quatro cursos avaliados pelo INEP em 2019. Pelas médias todas as três Dimensões estão acima que 4 pontos, mas analisando por curso verificamos que precisamos sanar fragilidades.

Gráfico 2: Média das notas obtidas nas avaliações de cursos superiores por Dimensão e Média do Conceito



Fonte: Procuradoria Educacional Institucional (PEI/PROEN/IFG 2019).

1.3.2 INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR ENADE:

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) é um procedimento de avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidade de competências adquiridas em sua formação, o Enade é componente curricular obrigatório aos cursos de graduação, Conforme [Portaria Normativa MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018 - Republicada em 31 de agosto de 2018](#). O Ministério da Educação define, anualmente, as áreas propostas pela Comissão de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes.

A principal legislação que rege o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE é a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010. Porém, a cada edição do ENADE, é publicada uma nova portaria normativa, o que gera especificidades de normas para cada edição. Encontramos, ainda, normatização sobre o ENADE na Lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes:

Art. 5o A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1o O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. Curso de capacitação 2014 21

§ 2o O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3o A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4o A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5o O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

CPC e IGC:

Conforme Portaria Normativa MEC nº 40:

Art. 33-B São indicadores de qualidade, calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 2004:

I - de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa nº 4, de 05 de agosto de 2008;

II - de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela Portaria Normativa nº 12, de 05 de setembro de 2008;

III - de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE;

§ 1º O CPC será calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, observado o art. 33-E, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES.

§ 2º O IGC será calculado anualmente, considerando: I - a média dos últimos CPC's disponíveis dos cursos avaliados da Instituição no ano do cálculo e nos dois anteriores, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;

Para os indicadores de qualidade - CPC e IGC - e avaliações *in loco*, serão atribuídos conceitos avaliativos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, onde, conceitos 1 e 2 são considerados insatisfatórios; conceito 3 é considerado satisfatório; conceito 4 é considerado um bom conceito de qualidade e; conceito 5 é considerado um excelente conceito de qualidade.

1.3.2.1 Indicadores de qualidade do IFG

Os indicadores de qualidade dos cursos, ENADE e CPC garantem a visibilidade e transparência da Instituição com a sociedade, além de subsidiar a matriz orçamentária utilizada pelo Ministério da Educação (Mec) para alocação de recurso. A tabela abaixo apresenta estes dois indicadores de qualidade no IFG.

Tabela 1: Síntese das notas recebidas pelo IFG nos indicadores de qualidade estabelecidos pelo MEC.

NOTA	ENADE		CPC	
	Quant. de cursos	Proporção	Quant. de cursos	Proporção
2	7	15%	1	2%
3	18	40%	26	58%
4	15	33%	17	38%
5	5	11%	0	0%
			1 SC ³	2%

Fonte: Procuradoria Educacional Institucional (PEI/PROEN/IFG), site do e-Mec. Acesso dia 19/03/2020.

1.4 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Com o objetivo de implantar os processos de avaliação nas instituições de ensino superior, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e determinou a criação das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) como forma de avaliação interna, na qual daremos destaque:

Art. 11. Cada Instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da Instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição de educação superior. (BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004).

³Um curso não apresentou CPC (curso que não tiver pelo menos dois estudantes concluintes participantes não têm seu CPC calculado), ficando Sem Conceito (SC).

O depósito dos relatórios de avaliação institucional no sistema e-MEC⁴ é uma das principais frentes de trabalho da Comissão Própria de Avaliação. A regularidade dos relatórios é requisito para o prosseguimento do processo de credenciamento da Instituição, conforme regulamentação publicada pelo MEC:

Art. 61-D Será mantido no cadastro e-MEC, junto ao registro da Instituição, campo para inserção de relatório de autoavaliação, validado pela CPA, a ser apresentado até o final de março de cada ano, em versão parcial ou integral, conforme se trate de ano intermediário ou final do ciclo avaliativo. (BRASIL, Ministério da Educação. Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010).

Em relação à esta responsabilidade primordial da CPA, a Nota Técnica nº 065, de 08/10/2014, da Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES/INEP estabeleceu os seguintes prazos e procedimentos para o envio dos relatórios ao MEC:

A partir do ano de referência de 2015 o Relatório de Autoavaliação será submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos. Nos 2 primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral, conforme segue:

- até 31 de março de 2016 – 1º relatório parcial
- até 31 de março de 2017 – 2º relatório parcial
- até 31 de março de 2018 – relatório integral
- até 31 de março de 2019 – 1º relatório parcial
- até 31 de março de 2020 – 2º relatório parcial⁵.

O presente Relatório, referente ao ano de 2019, foi entregue a Procuradoria Educacional Institucional (PEI) em maio de 2020, para a postagem no e-Mec, em sua versão PARCIAL, uma vez que é a segunda avaliação de um ciclo.

⁴e-MEC: Sistema eletrônico de tramitação de processos regulatórios da educação superior.

⁵Em 2020 o prazo estabelecido de 31 de março para a postagem do relatório no Sistema e-Mec não foi considerado, levando em conta as medidas que foram adotadas em relação ao enfrentamento ao Corona vírus (COVID-19), em razão das providências tomadas por diferentes Entes Federativos para interrupção de atividades, incluindo-se o funcionamento de Instituições de Ensino. Um novo prazo seria definido à medida que fosse possível o retorno das atividades.

1.4.1 ATUAL COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS DA(S) CPA(S) DO IFG

A CPA no IFG é organizada por uma Comissão Central e Comissões dos Câmpus. As Comissões são constituídas por representantes eleitos, titulares e suplentes, do corpo docente, técnico-administrativo e discentes. A Comissão Central ainda conta com a participação de representantes da sociedade civil, referendados pelo Conselho Superior, e na nova Resolução (Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019) também está previsto a participação da sociedade civil nas Comissões de Avaliação dos Câmpus, que serão indicados pelo Concâmpus.

A CPA compreende a autoavaliação institucional como um processo de compromisso coletivo e formativo, de diagnóstico, que tem como objetivos identificar as potencialidades e as fragilidades institucionais e propor melhorias nas suas atividades, cursos, programas, projetos e setores. O Quadro 7 apresenta a equipe da CPA Central do IFG, instituída pela Portaria nº 1.189, de 03 julho de 2017, atualizada pelas Portarias nº 1.807, de 18/11/2017, nº 1.019, de 26/04/2018 e nº 265, de 12/02/2019, 116 de 21/01/2020.

Quadro 7: Composição da CPA Central IFG 2020

CPA CENTRAL			
Nome	Câmpus/Instituição	Segmento	Nº da Portaria - Data
			Designação
Darlene Ana de Paula Vieira	Inhumas	Docente	1.189 - 03/07/2017 e 116 – 21/01/2020
Priscila Branquinho Xavier	Goiânia	Docente	1.189 - 03/07/2017
Ana Paula Araújo Martins	Itumbiara	TAE	1.189 - 03/07/2017
Ivaine Maria da Silva Melo	Formosa	Discente	1.189 - 03/07/2017
Gustavo Henrique Garcez Andrade	Formosa	Discente	1.189 - 03/07/2017
Liana Jayme Borges	Representante da UFG	Sociedade Civil	1.189 - 03/07/2017
Antoniél Aniceto de Oliveira	Representante do IFGoiano	Sociedade Civil	1.189 - 03/07/2017

De acordo com o Artigo 19 da Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019 as competências da Comissão Própria de Avaliação (Central) são:

- Elaborar o plano de autoavaliação definindo objetivos, metodologias, recursos necessários e calendário das ações avaliativas de âmbito institucional;
- Elaborar e divulgar o cronograma de trabalho da CPA Central com calendário de reuniões;
- Conduzir o processo de autoavaliação institucional;
- Definir os instrumentos e mecanismos que serão utilizados na avaliação institucional, contemplando a análise global e integrada dos fatores que interferem no desempenho institucional;
- Promover a sensibilização da comunidade acadêmica, buscando o seu envolvimento na construção da proposta avaliativa, por meio da realização de reuniões, palestras, seminários e outros;
- Ouvir a comunidade interna no processo de autoavaliação institucional;
- Sistematizar as informações coletadas e elaborar o relatório de autoavaliação institucional, conforme preceitos definidos na legislação e orientado pelo plano de autoavaliação e suas modificações;
- Dar publicidade ao relatório de autoavaliação institucional;
- Fornecer, sempre que solicitado, informações sobre a autoavaliação institucional aos órgãos federais de educação;
- Encaminhar o relatório de autoavaliação para as instâncias responsáveis pelo planejamento institucional;
- Acompanhar, com o apoio das CPAs dos Câmpus, o desenvolvimento dos processos de avaliação externa dos diversos cursos do IFG;
- Dar ampla publicidade às suas atividades;
- Fortalecer o protagonismo das Comissões Próprias de Avaliação dos Câmpus e a integração entre essas e a CPA Central;
- Acompanhar, junto à gestão do IFG, a elaboração e implementação de Plano de Ação para tratar os pontos a serem melhorados apontados no Relatório de Autoavaliação.

O Quadro 8 apresenta a composição das Comissões Locais Avaliação dos Câmpus suas respectivas portarias.

Quadro 8: Composição das Subcomissões Locais (CPA)

Câmpus	REPRESENTANTES POR SEGMENTO			
	Docente	TAE	Discente	Portaria
Águas Lindas	Patrícia Carvalho de Oliveira	Adriana Rosely Silva	Tiago Rodrigues Santos	Nº 1.130, de 16/05/2018
Anápolis	Hugo Vinícius Leão e Silva	Priscila Gontijo Sales Vieira	Thiago Mendes Ferrara	Nº 1.597, de 04/07/2018
Aparecida de Goiânia	Ricardo Fernandes de Andrade	Sandra Maria Silveira Avanço Ferraz de Lima	Denny Nascimento de Jesus	Nº 1974, de 02/10/2017
Cidade de Goiás	Erica de Almeida Bastos Zanon	Euzamar Ribeiro de Oliveira	Victor Teixeira Barbosa	Nº 3.121, de 28/12/2018
Formosa	Glauca Mendes da Silva	Alexandre Borges Fernandes Camozzi	Kaick Barbosa Borges	Nº 2.286, de 25/09/2018
Goiânia	Édipo Henrique Cremon	Martha Araújo Batista Prado	Roosevelt Lucas da Paixão Segger	Nº 2315, de 06/11/2017
Goiânia Oeste	Leonardo Martins da Silva	Adriam Marcos da Silva	Rubens Silveira do Nascimento	Nº 1984, de 09/09/2019
Inhumas	Sérvia Carneiro de Lima	Samuel Machado Moreira	Karina Pifardini Simões	Nº 540, de 23/02/2018
Itumbiara	Karina Vitti Klein	Renistenes Eunice Costa Campelo	Max Victor Fidelis Cunha	Nº 430, de 08/03/2019
Jataí	Patrícia Tinoco Santos	Valeria Silva Marques	Andressa de Melo Rodrigues	Nº 1980, de 08/03/2019
Luziânia	Ernane Rosa Martins	Rafael Henrique de Sousa Meireles	Erika Alves Sardinha	Nº 1981, de 02/10/2017
Senador Canedo	Jane Faquinelli	Jamille de Amorim Oliveira	Não há oferta de curso de graduação	Nº 1982, de 02/10/2017
Uruaçu	Onofre Vargas Júnior	Gilmara Barbosa de Jesus	Émerson Clemente Araújo	Nº 1983, de 02/10/2017
Valparaíso	Wanessa Ferreira de Sousa	Tatiane Soares Martins	Gabriela de Carvalho Jasmilino	Nº 585, de 29/03/2017

Fonte: Boletim de Serviços IFG. <https://www.ifg.edu.br/boletim-de-servico>

De acordo com o Artigo 20 da Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019 as competências das Comissões Locais de Avaliação (CPA) são:

- Colaborar com a CPA Central na construção do Plano de Autoavaliação Institucional;

- Elaborar e divulgar o cronograma de trabalhos da CPA dos Câmpus com calendário de reuniões;
- Colaborar na construção e organização dos indicadores e instrumentos de avaliação;
- Desenvolver o processo de autoavaliação nos Câmpus, conforme o Plano de Autoavaliação Institucional;
- Organizar reuniões periódicas para desenvolver suas atividades;
- Elaborar os relatórios de avaliação parciais e integrais do respectivo Câmpus;
- Sensibilizar a comunidade para o processo de autoavaliação institucional;
- Zelar pelos dados obtidos no processo de autoavaliação;
- Encaminhar o relatório de autoavaliação no âmbito do Câmpus para a Coordenação de Comunicação Social;
- Encaminhar para as Coordenações de Cursos Superiores os resultados da autoavaliação institucional referentes aos seus respectivos cursos;
- Participar das reuniões de avaliações externas no âmbito do Câmpus;
- Colaborar com a CPA Central sempre que lhe for solicitado;
- Apresentar à comunidade acadêmica os resultados obtidos na autoavaliação Institucional;

Acompanhar, junto à gestão do Câmpus, a elaboração e a implementação de Plano de Ação para tratar os pontos a serem aprimorados de acordo com os apontamentos no Relatório de Autoavaliação.

1.4.2 EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFG

A autoavaliação institucional no IFG teve início em 2004 com a implantação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tão logo constituída, mediante Portaria nº 313, de 12/08/2004 e alterada pela Portaria 601, de 23/11/2004, teve lugar a primeira etapa do trabalho, ou seja, a preparação da elaboração do projeto e regulamento da CPA. Desde o ano de 2005 a CPA tem elaborado seus relatórios de autoavaliação.

Um marco importante para o trabalho da CPA foi a implantação das Subcomissões Locais de Avaliação (SLAs), a partir do ano de 2015, conforme o disposto no § 1º, Art. 8º, do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA, aprovado pela Resolução nº 006, de 31 de março de 2014. Como resultado desta ação, foram formadas as subcomissões nos Câmpus: Anápolis,

Formosa, Goiânia, Itumbiara, Jataí e Luziânia. Em 2016, Subcomissões Locais foram implantadas no demais Câmpus do IFG.

No segundo semestre de 2018 e no ano de 2019 depois de debates presenciais e por web conferências entre à Comissão Central e as SLAs a Resolução nº 17 foi revisada e uma nova Resolução que regulamenta a CPA foi aprovada [Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019](#). A nomenclatura de Subcomissões Locais de Avaliação (SLAs) foi substituída por Comissões Próprias de Avaliação dos Câmpus.

Em consonância com a legislação vigente, a CPA do IFG atua de forma autônoma e independente dos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição e, para fins de suporte administrativo, a CPA é vinculada à Diretoria Executiva.

Em 2017 a CPA elaborou seu Plano de Autoavaliação Institucional, que compreende os anos de 2017 a 2019, abordando metodologias de elaboração de seus relatórios, metodologias de sensibilização da comunidade acadêmica e metodologias de meta avaliação. O Plano prevê, ainda, a elaboração anual de relatórios de autoavaliação locais, por Câmpus, cujos responsáveis pela elaboração são as Comissões Locais de Avaliação, além da elaboração do relatório de autoavaliação institucional geral, cuja responsável pela elaboração é a CPA (central) do IFG.

Observa-se que o Plano de Autoavaliação Institucional tornou-se um instrumento de suma relevância para evolução e consolidação do Processo de Autoavaliação, uma vez que ele define metodologias, processos, critérios e a avaliação dos mesmos na etapa da meta-avaliação. Deste modo, a avaliação do processo anterior permite um melhor planejamento do processo avaliativo subsequente.

As etapas previstas no Plano para 2019, todas foram cumpridas. No III Seminário de Autoavaliação Institucional foi reservado um período para discussão entre a CPA Central e as Comissões Próprias de Avaliação dos Câmpus para a meta-avaliação do processo e sobre a proposta de alteração do Regimento da CPA. O III Seminário teve por finalidade contribuir para o fortalecimento do processo de autoavaliação e do planejamento do IFG a partir do compartilhamento dos resultados da pesquisa de autoavaliação institucional. O Seminário anual é um momento de refletimos sobre o trabalho a ser desenvolvido pela CPA, tanto nas autoavaliações quanto nas avaliações externas às quais o IFG está submetido, bem como, buscar o envolvimento da equipe de gestores em torno das discussões sobre a articulação entre o PDI e a autoavaliação institucional. O PDI é um documento essencial que delinea as diretrizes e o planejamento institucional durante cinco anos, em que é estabelecido metas e indicadores e deve estar relacionado e articulado à Autoavaliação Institucional.

No contexto de consolidação do Processo Avaliativo na Instituição a sensibilização da comunidade, apontado como um ponto a ser melhorado, mereceu destaque na etapa de planejamento da avaliação 2018. Deste modo, consolidou-se a estratégia de publicar notícias de divulgação do questionário de autoavaliação nos canais de comunicação com a comunidade interna: e-mail, boletim de serviço e site institucional. Além disso, foi disponibilizado no Sistema Q-Acadêmico o link do questionário. As Comissões Locais sensibilizaram a comunidade discente, docente e técnica-administrativa em reuniões institucionais e nas salas de aula. Além disso, foram afixados nos Câmpus e na Reitoria *QR Codes* que permitiam o acesso ao questionário através de dispositivos móveis. Tais medidas foram fundamentais para um incremento de 57% no total de respostas ao questionário em relação a autoavaliação de 2017.

No Seminário, a CPA Central e as Comissões Próprias de Avaliação dos Câmpus apresentaram elogios, críticas e sugestões a respeito das estratégias e metodologias adotadas no processo avaliativo de 2019. Dentre os aspectos levantados os que influenciaram o planejamento do processo de autoavaliação em 2019 está a ampliação da participação de comunidade acadêmica, para isto foi criada uma Plataforma (<http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/QthDtt4r>), em que a qualquer momento após a consolidação do processos dados da Autoavaliação podem ser acessados de forma dinâmica por toda a comunidade.

Do ponto de vista da participação da comunidade acadêmica na Pesquisa de Autoavaliação Institucional, em 2019 apesar de todas as medidas tomadas houve queda na participação da comunidade acadêmica em todos os seguimentos, a queda no total foi de 27% (tabela 2).

Tabela 2: Participação na Autoavaliação Institucional por segmento da comunidade (2017-2019).

Segmento	Ano			Proporção em relação a 2018
	2017	2018	2019	
Docentes	587	933	786	-16%
Discentes	1226	2362	1599	-32%
TAEs	284	406	330	-19%
Total	2097	3701	2715	-27%

Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional 2017, 2018 e Pesquisa de Autoavaliação Institucional 2019.

De outro modo, em 2019, a plataforma desenvolvida pelo Professor Daniel Xavier de Sousa da área de Aprendizagem de Máquina do Câmpus Anápolis e o orientando Bruno Araújo

Alves teve como finalidade a demonstração dos resultados da Pesquisa de Autoavaliação à comunidade interna, externa e avaliadores do MEC/INEP de forma mais rápida, bem como, de facilitar a elaboração dos Relatórios de Autoavaliação pela Comissão Central e Locais da CPA. Essa ferramenta para coleta da pesquisa e demonstração dos resultados tornou o processo de autoavaliação mais dinâmico.

Além do desenvolvimento desta importante ferramenta, a CPA produziu um Relatório de Autoavaliação 2019 com os seguintes avanços:

- Autoavaliação prevista no PDI como uma importante ferramenta para gestão;
- Apresentação dos resultados do ENADE e CPC;
- apresentação e análise dos resultados das avaliações *in loco* dos cursos de Graduação.

1.4.2.1 Proposta de melhorias decorrentes do Seminário de Autoavaliação 2019

Em 2019, conforme definido no Plano de Autoavaliação Institucional o processo de autoavaliação considerou as devolutivas oriundas da meta-avaliação do processo. E o III Seminário de Autoavaliação Institucional, foi realizado no dia 19 de junho de 2019, no Câmpus Goiânia do IFG. Entre os pontos fortes apontados no III seminário estão:

- Desenvolvimento de uma plataforma web para aplicação do questionário do processo de autoavaliação;
- Manutenção ou aumentar a proporção dos participantes respondentes do questionário de autoavaliação;
- Continuidade da consolidação do processo de autoavaliação institucional, com maior ênfase nos Câmpus;
- Fortalecimento da interação entre as comissões locais de avaliação nos Câmpus e destas com a CPA central;
- Ênfase na elaboração dos Relatórios de Autoavaliação dos Câmpus;
- Prosseguimento com as estratégias de sensibilização da comunidade acadêmica adotadas tais como: Utilização de símbolos bidimensionais (*QR Codes*) que facilitaram a divulgação e o acesso ao questionário de autoavaliação institucional, e uso das redes sociais (Facebook, Instagram), matérias nos portais do IFG.

Principal encaminhamento do Seminário de Autoavaliação:

- Maior apropriação e utilização do relatório de autoavaliação institucional nos processos de Planejamento Institucional.
- E fortalecimento do processo de autoavaliação e do planejamento do IFG a partir do compartilhamento dos resultados da pesquisa de autoavaliação institucional.

2 METODOLOGIA

De onde partimos: Meta-Avaliação 2018

Conforme observamos no item anterior, no processo avaliativo de 2018, a CPA elaborou um questionário, com ampla participação das Comissões nos Câmpus, com mais clareza, tentando sanar as fragilidades diagnosticadas em 2017.

As principais observações processo de 2018 foram que foram consideradas para promoção de melhorias em 2019 foram:

- As perguntas do questionário de 2018, dependiam da compreensão do respondente sobre os conceitos citados, podendo fragilizar as respostas;
- Perguntas semelhante a um teste, podendo aumentar a tendência de respostas positiva, gerando distorção;
- Mecanismos de divulgação dos resultados da pesquisa à comunidade acadêmica, não chega a toda comunidade;
- Sugerir medidas de melhoria para os temas que são avaliados como regular, ruim e péssimo;
- Mais clareza as soluções de sanar as fragilidades apontadas no relatório.

Diante das críticas e sugestões acolhidas durante o Seminário de Autoavaliação e no decorrer dos trabalhos da CPA, os membros da CPA central trabalharam em conjunto com as Comissões dos Câmpus no processo de reelaboração do questionário tornando-o mais objetivo, rápido sem desviar do propósito de avaliar os Eixos e Dimensões escolhidos (Desenvolvimento Institucional, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física) para serem abordados na pesquisa institucional.

O presente relatório, busca expressar uma análise a partir de diferentes fontes de dados produzidos pela CPA e pela instituição, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação da CPA.

Nas seções que seguem apresenta-se o delineamento do estudo, os eixos e dimensões contempladas, assim como, a população pesquisada, seus extratos e unidade de análises. Descreve-se, ainda, os instrumentos de coleta dos dados utilizados, as técnicas de coleta dos dados, as escalas adotadas para autoavaliação e os critérios de análise considerados.

2.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

Neste ciclo do processo de avaliação institucional (2019) a Comissão Própria de Avaliação (CPA) utilizou para divulgar o questionário para todos os segmentos uma plataforma web (<http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/QthDtt4r>). O estudo abrange um diagnóstico e uma análise da Instituição considerando-se 03 (Três) eixos e suas respectivas Dimensões, conforme previstos no instrumento de avaliação institucional.

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição.

Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal.

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição.

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira.

Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física.

2.2 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

O processo de autoavaliação realizado pela CPA adotou diversos métodos e fontes utilizando como instrumentos: consulta à comunidade através de questionários elaborados pela CPA que contém dados quantitativos e qualitativos; utilizando uma plataforma web (<http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/QthDtt4r>). Foram aplicados três questionários, um para cada segmento da comunidade acadêmica: discente, docente e técnico-administrativo/a. E também foram utilizados dados fornecidos por Pró-Reitorias, e outros departamentos.

Deve-se ressaltar que o Relatório de Autoavaliação será disponibilizado na página da CPA (<http://ifg.edu.br/comissoes/cpa>), apresentado no seminário de autoavaliação, e em outras atividades institucionais.

2.2.1 Questionários

Foram aplicados questionários para os três segmentos acadêmicos: discentes, docentes e técnicos administrativos/as lotados nos 14 Câmpus da Instituição e na Reitoria. Os questionários foram estruturados com perguntas fechadas e abertas de modo a possibilitar a captação de dados quantitativos, bem como, abrir espaço para sugestões e críticas da comunidade sobre os aspectos avaliados. Porém em virtude das especificidades dos segmentos respondentes, os questionários possuem variações focadas para a realidade do perfil técnico, docente ou estudantil. Para a coleta de dados, utilizamos uma plataforma web, desenvolvida por meio de um projeto de ensino, que permite a aplicação de questionários *on-line*, gerando os gráficos e as porcentagens do total de respostas e por segmentos. Os questionários abordaram de forma concisa e objetiva o “Desenvolvimento Institucional”, “Políticas de Gestão” e a “Infraestrutura”, tendo em vista eliminar problemas de interpretação e complexidade do questionário.

A consulta foi realizada no período de 23 de outubro até o dia 06 de dezembro de 2019. Foram utilizados diferentes meios e os links de acesso divulgados na página eletrônica da Instituição, e-mail institucional, sistema acadêmico, boletins de notícias e materiais impressos afixados nos Câmpus com *QR Codes* que direcionavam a comunidade à página da pesquisa, como formas para estimular a participação da comunidade acadêmica. Também foi divulgado nas redes sociais.

Destacamos que a participação na pesquisa de autoavaliação se deu de forma espontânea e não obrigatória, entretanto, as Comissões Locais fizeram um trabalho de sensibilização junto à comunidade para promover conhecimento sobre o processo de autoavaliação institucional, garantindo participação satisfatória dos três segmentos da comunidade.

A partir das sugestões recebidas em relação à pesquisa de autoavaliação de 2018, o questionário de 2019 foi elaborado para ser claro e sucinto, buscando construir, principalmente, perguntas que avaliam o conhecimento da comunidade a respeito de aspectos relacionados às diferentes Dimensões dos Eixos avaliados. As opções de respostas variavam de “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim”, “péssimo” e “não sei”, além das questões “abertas”.

2.2.2 Definição da População da Pesquisa

A população considerada dessa pesquisa foi composta pelos três segmentos (discentes de cursos superiores, técnicos/as administrativos/as e docentes). Um dos maiores desafios da CPA no processo de autoavaliação é envolver todos segmentos e alcançar percentuais efetivos de participação e representatividade. Deste modo, dada uma população de 9860 membros da comunidade acadêmica do IFG, em 2019, constitui-se uma amostra de respondentes. Esta amostra foi constituída por 786 docentes (70% do segmento docente), 1599 alunos (20% do segmento de estudantes matriculados na graduação e pós-graduação) e 330 servidores TAE's (37% do segmento TAE). Foram considerados somente os questionários respondidos de forma completa. A tabela 2 apresenta uma síntese da população e amostra considerada.

Tabela 3: População e amostra por segmento da comunidade.

Segmento da comunidade	Docentes	Discentes	TAE's	Total
População	1126	7841	893	9860
Amostra	786	1599	330	2715
Percentual	70%	20%	37%	26%

O quadro 9 demonstra o quantitativo de estudantes matriculados nos cursos superiores da instituição.

Quadro 9: Estudantes matriculados nos cursos superiores do IFG

Modalidade	Número de estudantes
Bacharelados	4002
Licenciaturas	2864
Tecnólogos	503
Especializações	334
Mestrado Profissional	138
Total	7841

Fonte: Visão IFG em 11/03/ 2020

Para complementar e qualificar a análise dos dados obtidos na pesquisa quantitativa consultou-se documentos de diversos âmbitos do IFG. Tais como:

- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023);

- Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI 2018);
- Relatórios de Avaliações Externas, vinculadas aos processos regulatórios da educação superior;
- Relatórios de Pro-Reitorias, e outros departamentos.

2.3 ESCALAS, CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS E INDICADORES

Em razão das mudanças no questionário de autoavaliação, a metodologia de tratamento, classificação e indicações das fragilidades e potencialidades institucionais sofreu uma ligeira mudança, retornando a metodologia utilizada em 2017, uma vez que as perguntas do questionário de autoavaliação ano referência 2018 não buscou avaliar os diferentes graus da aprovação de um aspecto mas verificou o conhecimento, pertencimento e participação por meio de perguntas cujas opções de respostas foram "SIM" ou "NÃO". Esta foi a alternativa encontrada para responder às críticas ao questionário de 2017” para, a partir de 2018 torná-lo menos denso, complexo e cansativo.

Tal metodologia com possibilidade de respostas com somente "SIM" ou "NÃO", embora tenha simplificado o questionário em sua construção, demonstrou fragilidades significativas na construção de algumas perguntas que foram inseridas no questionário com somente opção de resposta em "SIM" ou "NÃO", mas que aceitaria outras respostas. Em 2019, a CPA retomou a metodologia de perguntas com cinco escalas avaliativas de satisfação, e uma alternativa de “escape” (desconhecimento, inexistência ou não ocorrência). São critérios de análise e indicação, conforme segue:

- Ótimo: o respondente não faz críticas negativas ao item avaliado e considera um padrão de notoriedade e excelência.
- Bom: o respondente não faz críticas negativas ao item avaliado, entretanto não considera um padrão de notoriedade e excelência.
- Regular: o respondente faz críticas negativas ao item avaliado e considera que o padrão pode ser melhorado.
- Ruim: o respondente considera que o item avaliado está aquém da qualidade esperada e possível.
- Péssimo: o respondente considera que o item avaliado exige medidas corretivas urgentes.

- Não sei: o respondente não tem conhecimento ou familiaridade com o item em questão.

Como forma de estabelecer uma metodologia de tratamento dos resultados e elaborar indicações claras aos gestores sobre os aspectos que merecem maior atenção no âmbito institucional, buscou-se adotar uma categorização da proporção de aprovação (proporção de "Bom" e "Ótimo") obtida em cada um dos aspectos avaliados. Essa síntese gerou os seguintes indicativos de ação:

MANTER: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for igual ou maior que 76%, considera-se que a questão atende os requisitos de qualidade e as ações referentes a esta questão devem ser mantidas.

DESENVOLVER: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for de 51% a 75%, considera-se que a questão não conseguiu atingir padrão de qualidade exigido, mas pode melhorar a partir de ações pontuais.

MELHORAR: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for de 26% a 50%, considera-se que a questão não atende os requisitos mínimos de qualidade, estando em situação crítica e merecendo atenção especial e ação rápida.

SANAR: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for até 25%, considera-se que o indicador necessita de ações corretivas por parte da gestão em caráter de urgência.

2.4 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES

Para condução do processo de autoavaliação a CPA utilizou-se de dois pilares: Ações de Sensibilização da Comunidade e elaboração dos Relatórios de Autoavaliação Locais e Institucional de 2019. Assim, as Comissões Locais e a CPA (central) cumpriram o seguinte cronograma:

Quadro 10: Cronograma de execução das atividades de sensibilização, referente aos processos de autoavaliação 2018-2019.

Ação	Atividade	Responsável	Período
------	-----------	-------------	---------

Divulgação do Relatório de Autoavaliação Institucional de 2018	Apresentação do Relatório de Autoavaliação Institucional na Semanas de Planejamento do primeiro e segundo semestres.	Comissões locais	De fevereiro a março de 2019. Agosto de 2019.
Divulgação do Relatório de autoavaliação institucional 2018	Divulgação dos resultados da Autoavaliação Institucional para a comunidade acadêmica nos meios de comunicação institucionais.	CPA e Comunicação Social do IFG.	De fevereiro a abril de 2019.
Redeenciamento Institucional	Participação no Processo de Avaliação Externa (MEC/INEP)	Grupo de Trabalho para o Redeenciamento Institucional, CPA Central e CPAs dos Câmpus	11 a 14 de março de 2019.
Seminário de Autoavaliação Institucional	Apresentação do Relatório de Autoavaliação Institucional para os Gestores do IFG.	CPA	19 de junho de 2019.
Meta-avaliação do processo de avaliação de 2019.	Identificação das fragilidades, pontos fortes e desafios a serem superados no processo de avaliação em 2019.	CPA e Comissões Locais	19 de junho de 2019.
Reunião Técnica entre a CPA e Comissões Locais	Aproximação da CPA com as Comissões Locais; ênfase sobre a importância da autoavaliação institucional na regulação da educação superior; discussão do Processo de Autoavaliação Institucional de 2019 e contribuição com o fortalecimento o processo de autoavaliação nos Câmpus.	CPA e Comissões Locais	28 de setembro de 2019

Reuniões para reformulação do Regulamento da CPA/IFG	Reuniões realizadas presenciais e por web para discutir as contribuições à reformulação do Regulamento da CPA.	CPA e Comissões Locais	
Envolvimento dos membros da CPA (central e locais), de forma contínua e efetiva.	A atuação da CPA exige integração entre seus membros e ações a serem desenvolvidas durante todo o processo. Tal integração ocorreu por meio de reuniões (presenciais e por web conferência), e-mails, telefonemas, memorandos, entre outros.	CPA e Comissões Locais em seus respectivos âmbitos de atuação.	Ação permanente.
Divulgação do Questionário de autoavaliação institucional 2019	Divulgação do Questionário de Autoavaliação Institucional para a comunidade acadêmica nos meios de comunicação institucionais.	CPA e Comunicação Social do IFG.	outubro, novembro a dezembro de 2019

Quadro 11: Cronograma de atividades para Elaboração dos Relatórios Locais e Institucional - 2019.

Ação	Atividade	Responsável	Período
Elaboração de questionário de autoavaliação 2019	Reelaboração e revisão do questionário de Autoavaliação Institucional.	Reelaboração do questionário de Autoavaliação institucional.	De 05 a 23 de outubro de 2019.
	Revisão, pelas Comissões Locais, das perguntas propostas para compor o questionário de autoavaliação institucional 2019.	Comissões Locais	

Disponibilização dos questionários	Mobilização da comunidade acadêmica e acompanhar o preenchimento do questionário, de modo a alcançar um percentual de amostragem satisfatório.	Comissões Locais	23 de outubro à 06 de dezembro de 2019
Envio dos dados as Comissões Locais	Encaminhamento dos resultados da pesquisa de autoavaliação às Comissões Locais pela CPA Central.	CPA	07 de fevereiro de 2020.
Consolidação do Relatório de Autoavaliação Institucional (Geral)	Processo elaboração e escrita do Relatório de Autoavaliação Institucional, ano referência, 2019.	CPA	março de 2020.
Postagem no e-MEC	Encaminhamento do Relatório à Procuradoria Educacional Institucional e Postagem no e-Mec.	CPA	maio de 2020.
Relatório de Autoavaliação dos Câmpus	Encaminhamento do Relatório de Autoavaliação Institucional dos Câmpus para a Comissão Central.	Comissões Locais	maio de 2020.

3 AUTOAVALIAÇÃO 2019: RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES DECORRENTES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Nesta seção serão apresentados os resultados da autoavaliação e suas análises quantitativas e qualitativas. As análises dos dados, a consulta a setores e documentos institucionais deram elementos para subsidiar propostas de melhorias para o desenvolvimento da Instituição.

As informações desta seção estão agrupadas conforme eixos e suas respectivas dimensões na seguinte ordem:

1. Apresentação do questionamento realizado na pesquisa de autoavaliação e seu fundamento no PDI, na legislação e em documentos orientadores do MEC/INEP. Análise dos dados quantitativos e indicação do nível de fragilidade e potencialidade dos itens avaliados, por segmento da comunidade acadêmica, bem como pelo indicador da CPA

2. Apresentação das principais contribuições, pontos fortes e fragilidades apontadas pela comunidade acadêmica no campo aberto dos questionários, acompanhadas de reflexões da CPA. Apresentação de quadro síntese de propostas de melhorias aos principais pontos críticos da Instituição.

3. Indicação de sugestões da CPA que foram consideradas pela Instituição.

Conforme estabelecido na metodologia, tem-se como parâmetro para indicar o nível de fragilidade/potencialidade, em cada aspecto avaliado, o percentual de “BOM e ÓTIMO” assinalados pelos respondentes.

3.1 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Eixo "Desenvolvimento Institucional" é composto por duas dimensões: Dimensão VI: "Missão Institucional e PDI" e Dimensão III: "Responsabilidade Social". Para cada uma dessas dimensões a CPA buscou elaborar questões que avaliassem, de maneira geral, aspectos que são a elas pertinentes.

3.1.1 Dimensão VI: Missão Institucional e PDI

O primeiro aspecto avaliado do eixo "Missão e PDI" foi a percepção do conhecimento da comunidade acadêmica a respeito do Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023). A indicação geral da comunidade, de acordo com os percentuais obtidos é: "melhorar", com índice geral de 43,3% de aprovação. É importante observar que cada segmento possui a sua indicação. Docentes e Servidores Técnicos-Administrativos da Reitoria declaram em maior proporção, cerca de 54%, que tem conhecimento "bom" ou "ótimo" sobre o PDI, gerando a indicação de desenvolver e sinalização verde. Já Estudantes e Servidores Técnicos-Administrativos dos Câmpus geram uma indicação de "melhorar", uma vez que a afirmação positiva sobre o questionamento, "O seu conhecimento sobre o PDI é", é de cerca de 36% para os técnicos dos Câmpus e 34% entre os estudantes. Se por um lado, 34% dos estudantes afirmar que tem um conhecimento "bom" ou "ótimo" sobre o PDI não é um dado preocupante, por outro, a proporção de estudantes que assinalaram "não sei" ou "péssimo" é de 27,8%.

Deste modo, a Instituição deve promover ações para que todos os segmentos se aproximem mais do PDI. Entretanto, os segmentos técnico-administrativo dos Câmpus e estudantes manifestam uma maior fragilidade no conhecimento do PDI (2019-2020) devendo receber maior atenção na elaboração de estratégias de divulgação do documento ao longo de sua vigência.

O PDI 2019-2023 faz um retrospecto da "função social" da Instituição a partir da criação da escola de aprendizes e artífices " até a promulgação da Lei 11.892/2008 que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dentre eles o IFG. A função social do IFG é definida no item 1.2 do PDI apresenta como um desdobramento e ampliação da função os Institutos Federais definida na referida lei. A seguir apresentamos ao leitor um trecho da função social do IFG estabelecida no PDI 2019-2023:

A função social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás é a de constituir-se e a de enraizar-se enquanto instituição pública, universal, gratuita, inclusiva, democrática, laica e qualitativamente referenciada, estruturada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na formação integrada, bem como nos princípios da territorialidade e da verticalização como forma de responder

às demandas dos arranjos produtivos e socioculturais locais e regionais. (p. 13).

Nesse sentido, a pesquisa de autoavaliação institucional 2019 buscou avaliar a percepção da comunidade a respeito do seu conhecimento da missão institucional. Observou-se que cerca de 80% dos docentes e técnicos-administrativos lotados em Câmpus responderam de forma positiva (bom ou ótimo) à pergunta sobre seu conhecimento a respeito da missão (função social) do IFG. Cerca de 75% dos servidores técnicos-administrativos lotados na reitoria classificaram como "bom" ou "ótimo" seu conhecimento sobre a missão institucional. Entre os estudantes a proporção de avaliação positiva é de cerca de 60%, gerando a indicação de "Desenvolver" ações que promovam maior conhecimento deste segmento a respeito do PDI. No cômputo geral, a indicação da CPA, baseada na indicação de 68,6% da comunidade é de que se "desenvolva" o conhecimento dos técnicos-administrativos, discentes e docentes a respeito da missão do IFG.

Ao analisarmos a relação entre as respostas das perguntas sobre o conhecimento do PDI e o conhecimento da Missão (função social) do IFG, observamos que o conhecimento do PDI possui menor proporção de avaliações positivas (43,3%) que o conhecimento sobre a função social da instituição (68,6%) nos demonstrando que, provavelmente, a função social da instituição é conhecida através de outras fontes, tais como a Lei de criação dos Institutos Federais, Lei 11.892/2008 e demais documentos institucionais.

3.1.1.1 Conhecimento da comunidade sobre o PDI

Gráfico 3: O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019- 2023) é: (Pergunta obrigatória para todos os segmentos)

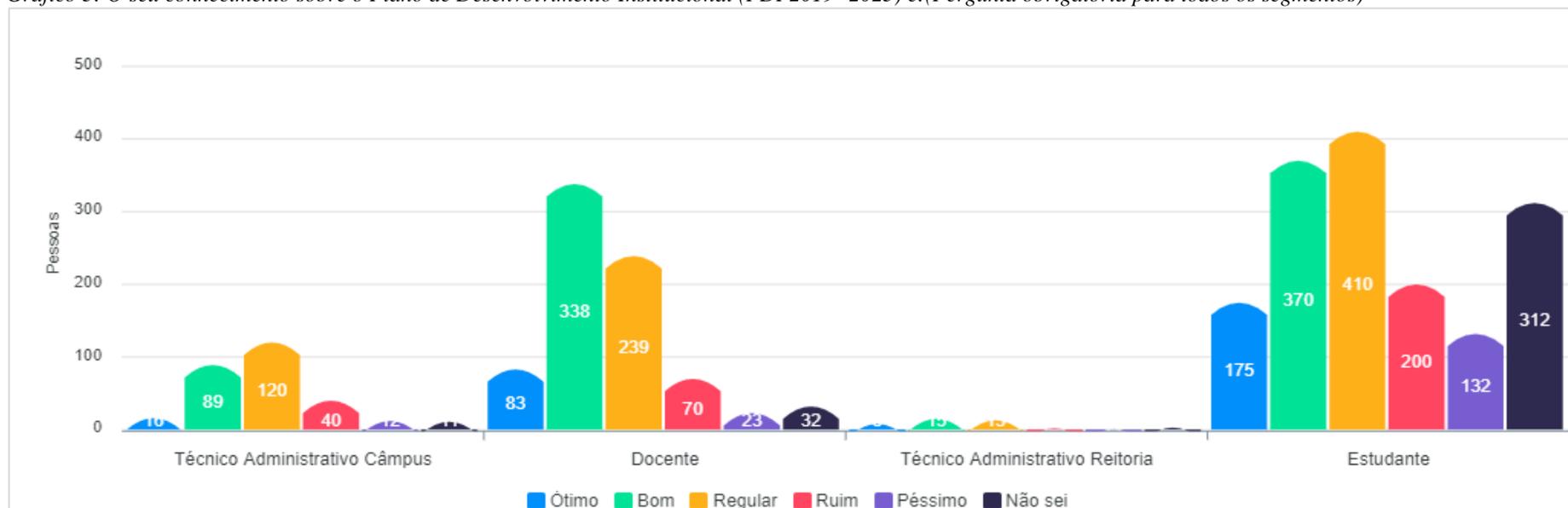


Tabela 4: O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019- 2023) é: (Pergunta obrigatória para todos os segmentos)

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	83	10.6%
Docente	Bom	338	43.2%
Docente	Regular	237	30.3%
Docente	Ruim	70	8.9%
Docente	Péssimo	23	2.9%
Docente	Não sei	32	4.1%

Desenvolver: 56,6%			
Estudante	Ótimo	175	11%
Estudante	Bom	369	23.1%
Estudante	Regular	409	25.6%
Estudante	Ruim	200	12.5%
Estudante	Péssimo	132	8.3%
Estudante	Não sei	312	19.5%
Melhorar: 34,1%			
Técnico Administrativo Campus	Ótimo	16	5.6%
Técnico Administrativo Campus	Bom	89	30.9%
Técnico Administrativo Campus	Regular	120	41.7%
Técnico Administrativo Campus	Ruim	40	13.9%
Técnico Administrativo Campus	Péssimo	12	4.2%
Técnico Administrativo Campus	Não sei	11	3.8%
Melhorar: 36,5%			
Técnico Administrativo Reitoria	Ótimo	8	19%
Técnico Administrativo Reitoria	Bom	15	35.7%
Técnico Administrativo Reitoria	Regular	13	31%
Técnico Administrativo Reitoria	Ruim	2	4.8%
Técnico Administrativo Reitoria	Péssimo	1	2.4%
Técnico Administrativo Reitoria	Não sei	3	7.1%
Desenvolver: 54,8%			

Total de respondentes: 2714 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR GERAL: Melhorar 43.3%

3.1.1.2 Conhecimento da comunidade sobre a missão (função social) do IFG

Gráfico 4: O seu conhecimento sobre a missão (função social) do IFG é: (Pergunta obrigatória para todos os segmentos)

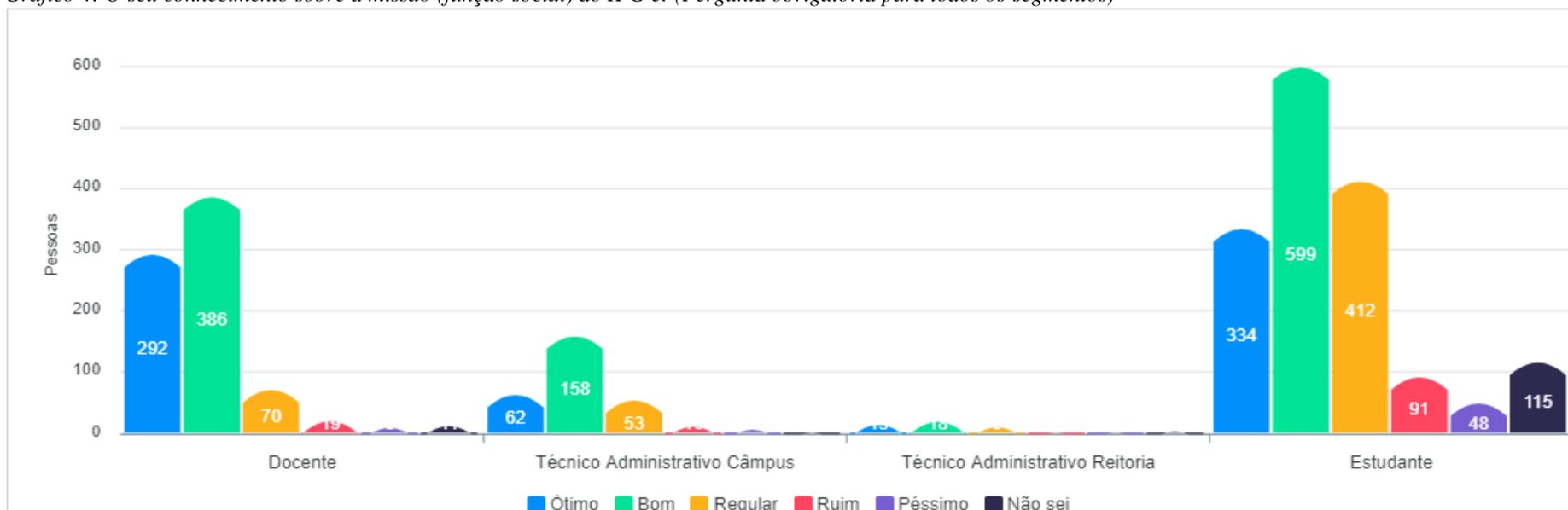


Tabela 5: O seu conhecimento sobre a missão (função social) do IFG é: (Pergunta obrigatória para todos os segmentos).

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	292	37.2%
Docente	Bom	386	49.1%
Docente	Regular	70	8.9%
Docente	Ruim	19	2.4%
Docente	Péssimo	8	1%
Docente	Não sei	11	1.4%
Manter: 84,4%			

Estudante	Ótimo	334	20.9%
Estudante	Bom	599	37.4%
Estudante	Regular	412	25.8%
Estudante	Ruim	91	5.7%
Estudante	Péssimo	48	3%
Estudante	Não sei	115	7.2%

Desenvolver: 58,3%

Técnico Administrativo Campus	Ótimo	62	21.5%
Técnico Administrativo Campus	Bom	158	54.9%
Técnico Administrativo Campus	Regular	53	18.4%
Técnico Administrativo Campus	Ruim	10	3.5%
Técnico Administrativo Campus	Péssimo	5	1.7%

Manter: 76,4%

Técnico Administrativo Reitoria	Ótimo	13	31%
Técnico Administrativo Reitoria	Bom	18	42.9%
Técnico Administrativo Reitoria	Regular	9	21.4%
Técnico Administrativo Reitoria	Não sei	2	4.8%

Desenvolver: 73,8%

Total de respondentes: 2715 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR GERAL: Desenvolver 68.6%

3.1.2 Dimensão III - Responsabilidade Social:

A responsabilidade social é uma das dimensões elencadas na Lei do SINAES (Lei 10.861/2004) como obrigatória para compor a avaliação das instituições de ensino superior. O documento considera responsabilidade social como: "especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;" (Art. 3º, inciso III)

No PDI do IFG os aspectos da responsabilidade social acima mencionados e outros perpassam grande parte dos objetivos e metas postuladas no documento. A seguir apresentamos alguns dos aspectos que se compreende como "responsabilidade social" pela Lei do SINAES, estão presentes no PDI e foram abordados na pesquisa de autoavaliação institucional 2019:

3.1.2.1 Responsabilidade ambiental:

O PDI aborda a responsabilidade ambiental na forma de promoção da sustentabilidade ambiental nos diferentes campos de atuação da Instituição. Na definição da atuação acadêmica no campo da pesquisa e pós-graduação o PDI traz que ela será orientada por parâmetros de "promoção do desenvolvimento socioeconômico socialmente sustentável" (p.31). Ao estabelecer como meta a criação do Centro de Inovação Tecnológica (CITE/IFG), o documento coloca como objetivo do CITE a efetivação de ações que promovam " a inovação e proteção da propriedade intelectual no IFG sob o tripé ensino, pesquisa e extensão, com vistas ao desenvolvimento social, econômico e ambiental do País" (p.35). Além disso, estabelece como objetivo a valorização e incentivo da realização de pesquisas "notadamente as voltadas para a preservação do meio ambiente" (p.35) entre outros.

Na atuação acadêmica no campo da Extensão e nas políticas de Extensão o contexto socioambiental é reiteradamente lembrado para proposição das ações de sua competência, segundo definição do documento: " extensão, portanto, compõe a formação integral dos educandos, em sintonia com as realidades regionais e as políticas públicas de desenvolvimento social, econômico, artístico, cultural e ambiental." (p.136). O desenvolvimento ambiental, dentre outros, de maneira sustentável está colocado como objetivo da extensão no IFG (p. 137); bem como, as diretrizes das ações de extensão orientam para o desenvolvimento de ações que contribuam para o desenvolvimento ambiental na formação de cidadãos/ãs (p. 138). Nas ações de extensão para serem

realizadas o longo da vigência do PDI uma das metas é a garantia de uma linha temática denominada "meio ambiente" nos editais de extensão. Na definição das atividades de extensão a serem desenvolvidas prioritariamente temos de forma explícita a preocupação com o desenvolvimento programas com ações de médio e longo prazo que contemple as questões ambientais no item 6.3 *alínea b* (p.139).

Na atuação acadêmica no campo do Ensino, a questão ambiental aparece nas Diretrizes Curriculares para a Educação Técnica de Nível Médio como obrigatoriedade no currículo dos cursos, conforme Resolução CNE/2012 e LDB (Lei 9394/96). O documento menciona também que a formação de um cidadão ambientalmente responsável também é requisito legal do perfil do egresso nos cursos de graduação.

Nas ações relacionadas ao campo do Ensino durante a vigência do PDI temos a perspectiva de inclusão no calendário institucional da Semana Nacional do Meio Ambiente. Nas metas da Instituição como um todo, a meta 25 estabelece:

25. criação de um **Comitê de Sustentabilidade** em todos os Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás que vise à propositura de ações voltadas para os três pilares da sustentabilidade (social, ambiental e econômico) e que proponha ações de reaproveitamento de água e resíduos, além de ações que busquem o uso racional de energia, durante a vigência do PDI 2019/2023;

Diante do exposto, por estar de forma explícita e transversal nas diretrizes, metas e objetivo estabelecidos PDI, a CPA elaborou uma pergunta genérica, para não tornar o questionário extenso e cansativo, sobre as ações do IFG no que se diz respeito à responsabilidade ambiental da Instituição: "O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente é:" As respostas indicam que a percepção do desenvolvimento de ações de responsabilidade ambiental no IFG é positiva por 56,6% dos respondentes, gerando a indicação de "desenvolver" o item avaliado. Destaca-se que a percepção do segmento docente e dos técnicos lotados nos Campus gera a indicação de "melhorar", com avaliações positivas girando em torno de 48%.

3.1.2.2 Respeito às diferenças:

Outro aspecto avaliado que buscou compreender a percepção da comunidade a respeito da responsabilidade social da Instituição foi o respeito pelas diferenças: de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica no IFG. Conforme o PDI vigente o IFG as questões identitárias serão abordadas enquanto objetivo da Instituição:

efetivar um espaço educacional democrático que assegure a participação de todas as pessoas, garantindo a representatividade e a permanência das minorias identitárias, sócio raciais, culturais, étnicas, de gênero e sexualidades; (PDI 2019-2023, p. 15).

Ao longo do PDI as questões identitárias são tratadas de forma conjunta como por exemplo na meta 14, que estabelece a criação de programas institucionais para auxílio e atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, de diferentes contextos sociais e culturais e para promoção de plena igualdade de gênero.

Das prioridades institucionais as ações referentes ao respeito às diferenças são abordadas no campo do ensino com o compromisso de consolidar da Comissão de Promoção de Políticas para Igualdade Racial (CPPIR) e do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas e criar "comissões permanentes que garantam a promoção da plena igualdade nas relações de gênero e da proteção da livre manifestação de orientação sexual" (p. 26). O PDI também estabelece a obrigatoriedade de, em cada Campos, se realizar ao menos um evento sobre "temas voltados à inclusão social, à igualdade étnico-racial, de gênero e à sustentabilidade" (p. 46). A promoção de ações de capacitação com o foco nas questões sobre diversidade para Ouvidoria da Instituição para que se possa criar indicadores institucionais é previsto nas ações prioritárias de Gestão de Pessoas. Ainda sobre a gestão de pessoas e o respeito às diferenças, o PDI busca garantir que a CPPIR acompanhe e auxilie em processos de seleção de servidores (p.57). As orientações para política de comunicação também apresentam um olhar para a diversidade e inclusão (p.98). Assim como no PPPI (Projeto Político Pedagógico Institucional traz em seus princípios o respeito às diversidades e tem em seus parâmetros: "promoção de políticas institucionais orientadas pela busca de uma sociedade não discriminatória, igualitária e justa, de modo a valorizar a diversidade étnico-racial, social e cultural, e a promover a igualdade de condições às pessoas portadoras de necessidades educacionais específicas, a igualdade de gênero e a livre orientação sexual" (p. 110).

Os resultados da autoavaliação institucional 2019 demonstram que o respeito às diferenças expresso no PDI de forma recorrente como metas, objetivos, diretrizes e

parâmetros é percebido pela comunidade: 75,8% dos respondentes avaliaram o respeito às diferenças no IFG como "Bom" ou "Ótimo".

3.1.2.3 Inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas:

Observa-se que a inclusão, em seus mais diversos aspectos, apresenta-se como preocupação institucional abordada no PDI. O IFG define como uma de suas metas a criação de programas de criação de condições adequadas aos portadores de necessidades educacionais específicas. Em relação às ações voltadas para a inclusão das pessoas com necessidades específicas o PDI nos traz como meta institucional a implementação do NAPNE em cada campus (p.18). Como ação prioritária prevê a e sua consolidação e o estabelecimento de uma agenda de capacitação para a comunidade (p. 26). A reserva de código de vagas para contratação de professor para o Atendimento Educacional Especializado é ação prioritária relacionada à Gestão de Pessoas e a criação de uma política de acompanhamento da vida acadêmica dos discentes em suas diversidades contemplam a preocupação que o PDI traz em relação à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas.

A política de inclusão de pessoas com necessidades específicas, conforme as respostas da comunidade, tem 56,3% de avaliações positivas ("bom" ou "ótimo") devendo, portanto, ser desenvolvida. Os servidores técnicos-administrativos dos Câmpus e os docentes são os que percebem maior fragilidade nas políticas de inclusão para as pessoas com necessidades educacionais específicas, conforme pode ser visualizado no gráfico 5.

3.1.2.4 O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico

O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico e a transferência é de tecnologia e conhecimento da comunidade um dos objetivos da pesquisa no IFG. Observa-se que tal aspecto é contemplado com maior ênfase no âmbito das ações da Pesquisa e Pós-Graduação e possui os seguintes programas de iniciação científica e tecnológica:

I. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), destinado ao estudante dos cursos superiores da Instituição, que deve ser ampliada a partir de 2019.

II. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af), destinado ao estudante dos cursos superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás que tenham ingressado na Instituição pelo sistema de cotas sociais.

III. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), destinado ao estudante dos cursos superiores da Instituição.

IV. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM), destinado ao estudante dos cursos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

V. Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), destinado a estudante dos cursos superiores e de nível médio, interessados em desenvolver atividades de pesquisa sem o recebimento de bolsa.

Observa-se que alguns dos programas que buscam promover a iniciação científica e desenvolvimento tecnológico articulam-se com outras questões relativas à inclusão social como ações afirmativas e cotas sociais fortalecendo a responsabilidade social em várias de suas dimensões.

Na pesquisa de autoavaliação institucional 2019, observou-se que o questionamento sobre o incentivo de ações de desenvolvimento científico e tecnológico tem 62,2% de aprovação dos respondentes, gerando à indicação de "desenvolver".

Diante de tais resultados e tendo em vista a criação de um Centro de Inovação Tecnológica - CITE- e demais compromissos institucionais ligados à iniciação científica, à pesquisa, à proteção da propriedade intelectual elencados no PDI a CPA avalia que o item não precisa de sugestões para além do estabelecido no PDI.

3.1.2.5 Responsabilidade ambiental

Gráfico 5: O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente é: (Pergunta para todos os segmentos)

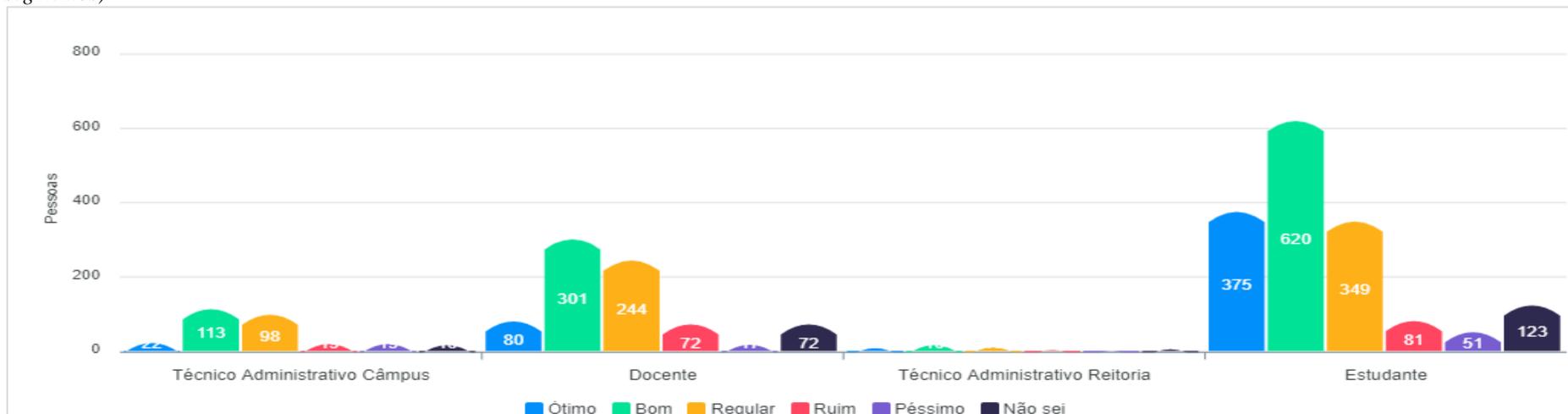


Tabela 6: O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente é: (Pergunta para todos os segmentos).

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	80	10.2%
Docente	Bom	301	38.3%
Docente	Regular	244	31.1%
Docente	Ruim	72	9.2%
Docente	Péssimo	17	2.2%
Docente	Não sei	72	9.2%
Melhorar: 48,5%			
Estudante	Ótimo	375	23.5%

Estudante	Bom	620	38.8%
Estudante	Regular	349	21.8%
Estudante	Ruim	81	5.1%
Estudante	Péssimo	51	3.2%
Estudante	Não sei	123	7.7%

Desenvolver: 62,2%

Técnico AdministrativoCâmpus	Ótimo	22	7.7%
Técnico AdministrativoCâmpus	Bom	113	39.4%
Técnico AdministrativoCâmpus	Regular	98	34.1%
Técnico AdministrativoCâmpus	Ruim	19	6.6%
Técnico AdministrativoCâmpus	Péssimo	19	6.6%
Técnico AdministrativoCâmpus	Não sei	16	5.6%

Melhorar: 47%

Técnico AdministrativoReitoria	Ótimo	8	19%
Técnico AdministrativoReitoria	Bom	16	38.1%
Técnico AdministrativoReitoria	Regular	10	23.8%
Técnico AdministrativoReitoria	Ruim	3	7.1%
Técnico AdministrativoReitoria	Não sei	5	11.9%

Desenvolver: 57,1%

Total de respondentes: 2714 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR: Desenvolver 56.6%

3.1.2.6 Respeito pelas diferenças

Gráfico 6: O respeito pelas diferenças de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica no IFG é: (Pergunta para todos os segmentos)

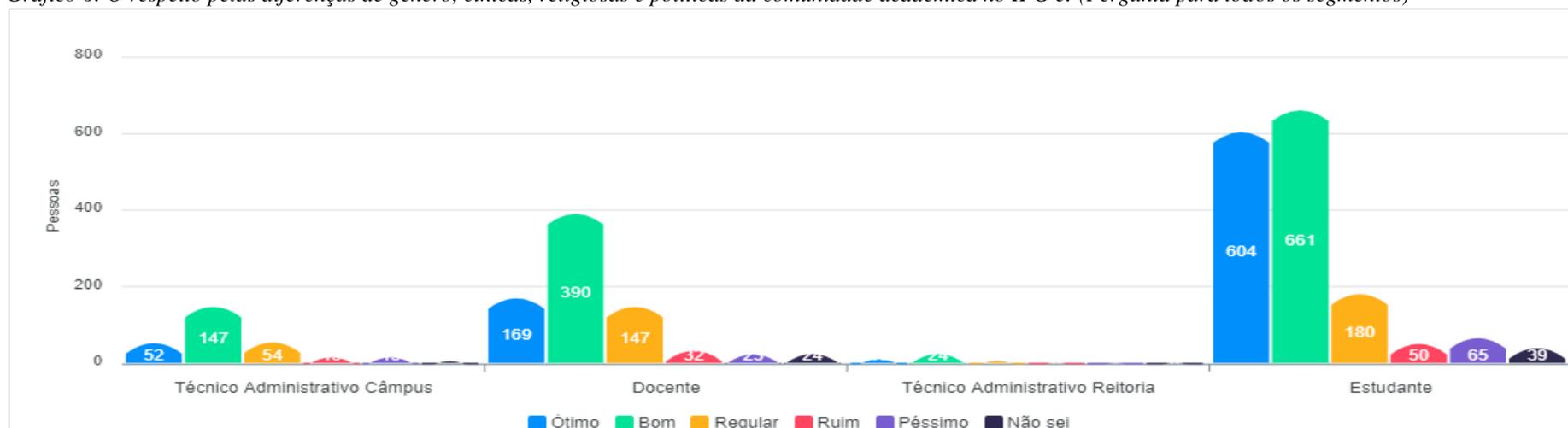


Tabela 7: O respeito pelas diferenças de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica no IFG é: (Pergunta para todos os segmentos).

Docente	Ótimo	169	21.5%
Docente	Bom	390	49.7%
Docente	Regular	147	18.7%
Docente	Ruim	32	4.1%
Docente	Péssimo	23	2.9%
Docente	Não sei	24	3.1%
Desenvolver: 71,2%			
Estudante	Ótimo	604	37.8%
Estudante	Bom	661	41.3%

Estudante	Regular	180	11.3%
Estudante	Ruim	50	3.1%
Estudante	Péssimo	65	4.1%
Estudante	Não sei	39	2.4%

Manter: 79,1%

Técnico AdministrativoCâmpus	Ótimo	52	18.1%
Técnico AdministrativoCâmpus	Bom	147	51%
Técnico AdministrativoCâmpus	Regular	54	18.8%
Técnico AdministrativoCâmpus	Ruim	15	5.2%
Técnico AdministrativoCâmpus	Péssimo	15	5.2%
Técnico AdministrativoCâmpus	Não sei	5	1.7%

Desenvolver: 79,1%

Técnico AdministrativoReitoria	Ótimo	10	23.8%
Técnico AdministrativoReitoria	Bom	24	57.1%
Técnico AdministrativoReitoria	Regular	6	14.3%
Técnico AdministrativoReitoria	Ruim	1	2.4%
Técnico AdministrativoReitoria	Não sei	1	2.4%

Manter: 81%

Total de respondentes: 2714 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR GERAL: Manter 75,8%

3.1.2.7 A política de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG é:

Gráfico 7: A política de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG é:(Pergunta para todos os segmentos).

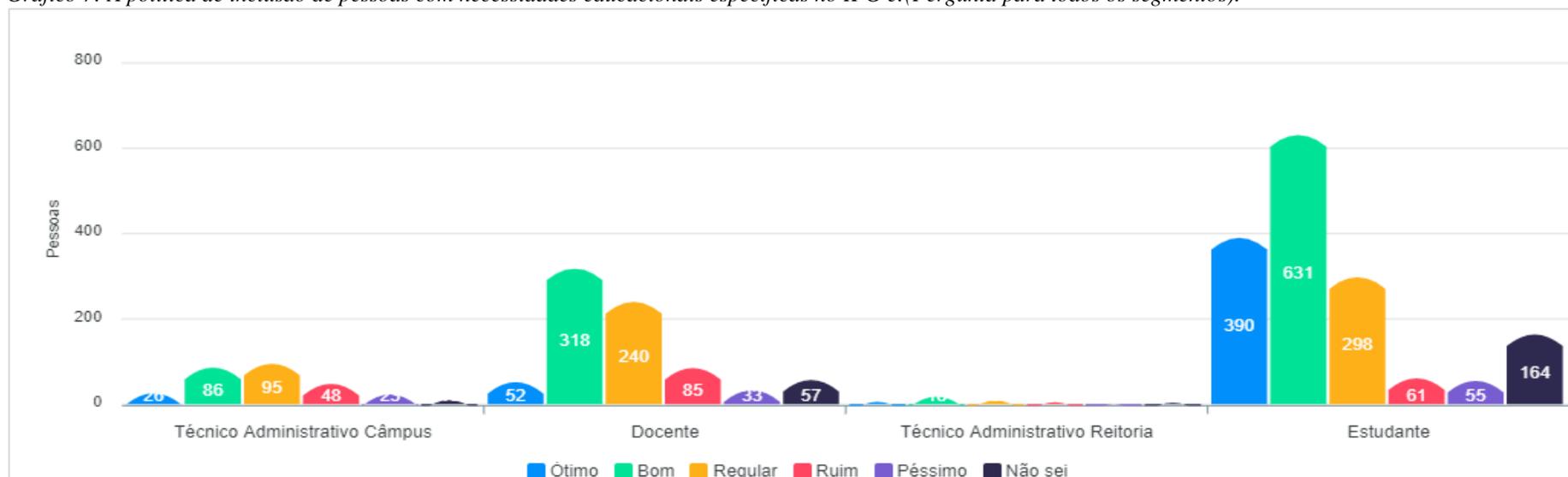


Tabela 8: A política de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG é:(Pergunta para todos os segmentos).

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	52	6.6%
Docente	Bom	318	40.5%
Docente	Regular	240	30.6%
Docente	Ruim	85	10.8%
Docente	Péssimo	33	4.2%
Docente	Não sei	57	7.3%

Melhorar: 47,1%

Estudante	Ótimo	388	24.3%
Estudante	Bom	631	39.5%
Estudante	Regular	298	18.7%
Estudante	Ruim	61	3.8%
Estudante	Péssimo	55	3.4%
Estudante	Não sei	164	10.3%
Desenvolver: 63,9%			
Técnico AdministrativoCâmpus	Ótimo	26	9%
Técnico AdministrativoCâmpus	Bom	86	29.9%
Técnico AdministrativoCâmpus	Regular	95	33%
Técnico AdministrativoCâmpus	Ruim	48	16.7%
Técnico AdministrativoCâmpus	Péssimo	23	8%
Técnico AdministrativoCâmpus	Não sei	10	3.5%
Melhorar: 38,9%			
Técnico AdministrativoReitoria	Ótimo	6	14.3%
Técnico AdministrativoReitoria	Bom	18	42.9%
Técnico AdministrativoReitoria	Regular	9	21.4%
Técnico AdministrativoReitoria	Ruim	5	11.9%
Técnico AdministrativoReitoria	Não sei	4	9,5%
Desenvolver: 57,1			

Total de respondentes: 2714 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR GERAL: Desenvolver 56.2%

3.1.2.8 Incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico

Gráfico 8: O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG é: (Pergunta para todos os segmentos).

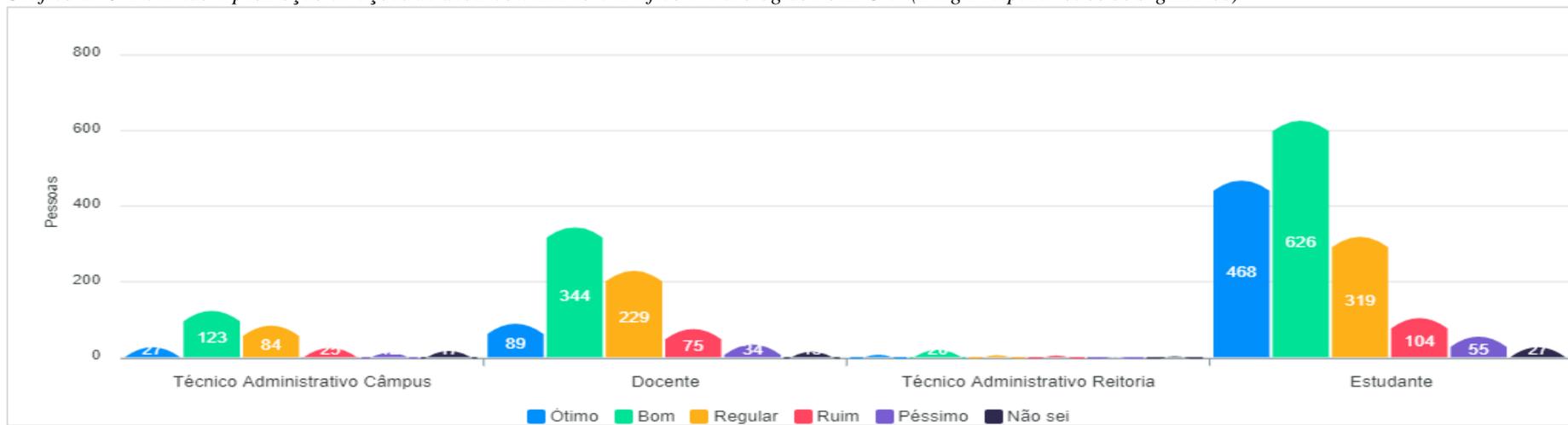


Tabela 9: O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG é: (Pergunta para todos os segmentos).

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	89	11.3%
Docente	Bom	344	43.8%
Docente	Regular	229	29.1%
Docente	Ruim	75	9.6%
Docente	Péssimo	34	4.3%
Docente	Não sei	15	1.9%
Desenvolver: 55,1%			
Estudante	Ótimo	468	29.3%

Estudante	Bom	626	39.1%
Estudante	Regular	319	19,9%
Estudante	Ruim	104	6.5%
Estudante	Péssimo	55	3.4%
Estudante	Não sei	27	1.7%
Desenvolver: 68,4%			
Técnico AdministrativoCâmpus	Ótimo	27	9.4%
Técnico AdministrativoCâmpus	Bom	123	42.7%
Técnico AdministrativoCâmpus	Regular	84	29.2%
Técnico AdministrativoCâmpus	Ruim	25	8.7%
Técnico AdministrativoCâmpus	Péssimo	12	4.2%
Técnico AdministrativoCâmpus	Não sei	17	5.9%
Desenvolver: 52,1%			
Técnico AdministrativoReitoria	Ótimo	7	16.7%
Técnico AdministrativoReitoria	Bom	20	47.6%
Técnico AdministrativoReitoria	Regular	6	14.3%
Técnico AdministrativoReitoria	Ruim	5	11.9%
Técnico AdministrativoReitoria	Péssimo	1	2.4%
Técnico AdministrativoReitoria	Não sei	3	7.1%
Desenvolver: 64,3%			

Total de respondentes: 2715 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR GERAL: Desenvolver 62,8%

3.1.3 Sugestões e críticas da comunidade para os aspectos avaliados no Eixo Desenvolvimento Institucional

Nesta parte do relatório destacaremos as sugestões e críticas da comunidade acadêmica sobre o Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional, que trata do plano de desenvolvimento e da responsabilidade social (missão) do IFG. E tem como finalidade abordar a visão da comunidade sobre a coerência entre a missão institucional e as ações vinculadas aos objetivos e metas estabelecidos no PDI. A pergunta “O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019- 2023) é:” Pergunta obrigatória para todos os segmentos, o indicador geral que aponta o questionário é melhorar (43,3%), sendo que, a sugestão da comunidade é estabelecer ações institucionais para ampliar o acesso ao PDI, há necessidade de persistência na promoção para o conhecimento e acompanhamento do PDI em todos os segmentos do IFG. Em relação a missão institucional (responsabilidade social) do IFG preconizada no PDI, que as ações institucionais devem estar relacionadas a inclusão social, as ações afirmativas, de defesa e promoção dos seres humanos, da igualdade étnico-racial, da diversidade sexual e ações culturais, buscando sempre a ética e o respeito às diferenças, à dignidade, e à liberdade intelectual. Na pergunta “O seu conhecimento sobre a missão (função social) do IFG é”: Pergunta obrigatória para todos os segmentos, o indicador geral direciona para o “desenvolver” (68,6%). No entanto, foi uma das perguntas em que teve muitos comentários por parte da comunidade na questão aberta, tanto comentários positivos quanto negativos. Os negativos, que indicam nossas fragilidades devem ser observados e analisados por nossos gestores a fim de saná-los, garantindo a coerência entre a missão institucional e as ações vinculadas aos objetivos e as metas estabelecidos no PDI. Abaixo alguns comentários feitos pela comunidade.

*“Há um empenho significativo para inclusão de grupos de gêneros diversos, e eu percebi um aumento significativo e discriminatório, mais acentuada a pessoas que discorda de algum pensamento ou tenha um posicionamento mais conservador. Sugestão e trabalhar mais o direito à liberdade de expressão, para quem tem direito também tem deveres.
”Discente”*

*“Muito triste... Vou ter que desistir... Existe bullying, racismo e preconceito onde deveria haver respeito.
”Discente”*

“No que diz respeito à inclusão, o IFG ainda tem muito a melhorar, a questão da assistência/apoio adequado aos alunos com deficiência ainda é um grande entrave, apesar de termos o NAPNE, a sua atuação ainda não atende tais demandas, pois o mesmo depende de uma legislação deficitária e muita burocracia no que diz respeito à contratação de um professor de apoio, tão necessário aos alunos com determinadas deficiências. A inclusão precisa ocorrer de fato, não apenas no papel.” Técnico administrativo”

“Quanto à política de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas, percebo que o IFG avançou muito na inclusão dos surdos, com diversas ações voltadas ao ensino de Libras e à contratação de tradutores e intérpretes de Libras, mas há poucas ou nenhuma ação voltada à inclusão de pessoas com deficiência intelectual, autismo ou situações similares, bem como alunos cegos e outras deficiências.” Docente”

3.1.4 Sugestões da CPA para o EIXO: Desenvolvimento Institucional

No Eixo Desenvolvimento Institucional a pesquisa de autoavaliação 2019 constatou que a fragilidade está no conhecimento da comunidade sobre o PDI. Cerca de 40% do total de respondentes avaliaram como "bom" ou "ótimo" o item avaliado. Ressalta-se que, se por um lado a construção do PDI 2019-2023 teve uma metodologia de ampla participação da comunidade, por outro, 2019 foi o primeiro ano de vigência do PDI e que é possível que a comunidade não esteja familiarizada com o documento ou não se sinta segura para avaliar seu conhecimento como "bom" ou "ótimo". De toda forma, diante dos resultados e da indicação de melhoria, a CPA faz as seguintes sugestões par melhorar o conhecimento da comunidade do IFG sobre o PDI:

- Criar uma plataforma interativa de acompanhamento do PDI, conforme as ações e metas do documento forem realizadas a plataforma indica a proporção de cumprimento do PDI.
- Criar um ciclo de capacitação: "Conheça o PDI do IFG" voltado para toda a comunidade, especialmente para os servidores. Observa-se que esta sugestão reforça o proposto no rol de ações a serem implementadas nas políticas de gestão de pessoas, conforme o PDI (2019-2023), que tem por objetivo garantir a capacitação de 40% dos servidores em cursos de aperfeiçoamento e/ou especialização em áreas que contemplem:
" a. objetivos, finalidades e propostas pedagógicas e administrativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás;" (p. 57).

Entretanto, a CPA sugere que a ênfase ao PDI seja dada no título do ciclo de capacitação, no convite aos servidores e na metodologia de desenvolvimento das ações. Tal ênfase é importante para promover aproximação e familiaridade da comunidade com o documento, bem como, para fins de avaliação interna, avaliações externas é importante que a comunidade identifique que os objetivos, metas, diretrizes e parâmetros que orientam a gestão do IFG no período de 2019 a 2023 estão postulados no PDI.

3.1.5 Acompanhamento da apropriação das sugestões da CPA para o Eixo e Desenvolvimento Institucional

O relatório de 2017 apresentou um quadro de sugestões para auxiliar na resolução dos pontos críticos observados para os eixos tratados neste relatório. Com relação ao Eixo 2, que trata da missão, PDI e responsabilidade social foi constatado uma ampla divulgação e fortalecimento do processo de elaboração do PDI (maiores informações acesse: <http://www.ifg.edu.br/component/content/article/66-ifg/pro-reitorias/desenvolvimento-institucional/5431-congresso-institucional?highlight=WyJwZGkiXQ>).

Apesar de não haver institucionalização, via calendário acadêmico, as semanas iniciais do semestre letivo são realizadas em todos os Câmpus com apresentação do IFG e recepção aos alunos. Ainda, a Instituição, nos seus Câmpus, comissões e conselhos passaram a fazer o Plano de ações com base nos levantamentos pedidos pelas avaliações internas (CPA) ou externas (visitas *in loco*), estimulando o planejamento estratégico setorial, com metas a serem atingidas.

No que tange à Responsabilidade Social e respondendo às sugestões sobre coleta seletiva dos resíduos e o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão que tenham propostas de implantação de ações para economia de energia e recursos, como uso racional de papel, ou redução do uso de copos descartáveis, bem como abordem proposições viáveis para a destinação ao lixo separado, verificou-se ações de conscientização e efetivação de projetos de pesquisa e extensão. Pode-se citar os projetos de pesquisa: -Energias Renováveis, -Eficiência Energética e Minigeração no IFG, - Estudos da Melhoria da Eficiência Energética de Sistema de Geração Fotovoltaico por meio do Arrefecimento de Painéis Solares com Água de Reuso, - Estudos Sobre Ações de Eficiência Energética: estudo de caso na Prefeitura de Varjão/GO, - Projeto de Eficiência Energética do Câmpus Goiânia do IFG, -Estudos dos aspectos ambientais no aterro sanitário do município de Goiânia, - Pesquisas com Wetlands Construídos para

tratamento de esgoto com uso de plantas,-Qualidade da água do Córrego Tamanduá em Aparecida de Goiânia,-Análise de Risco do Aproveitamento Energético de Biogás Proveniente da Biodigestão da Vinhaça para a Geração de Energia Elétrica,-Proposta de Implantação de um Sistema Predial de Aproveitamento de Água Pluvial, -Poluição Sonora, dentre outros. Também, os projetos de extensão: -Sanear Cidades,- Desenvolvimento de filtro sustentável de baixo curso para tratamento de água para consumo humano na comunidade do Setor Vila Romana, Aparecida de Goiânia,-Escola Resíduo Zero – Horta no IFG – Câmpus Goiânia. Ainda pode-se citar ações sustentáveis que acontecem em alguns dos Câmpus: Projeto Tapatás (Campus Goiânia Oeste), - Reservatórios para reutilização da água oriunda da utilização dos aparelhos de ar-condicionado (Campus Inhumas), dentre outros. Para mais informações acesse: <http://ifg.edu.br/component/content/article/167-ifg/campus/inhumas/noticias-campus-inhumas/13643-ifg-desenvolve-projetos-de-eficiencia-energetica-na-busca-por-economia-de-energia-e-combate-ao-desperdicio?highlight=WyJyZWNPY2xhZ2VtIiwY2FtcHVzIl0>.

Ainda, iniciado em 2018, o Projeto IFG Digital com o intuito de implantar uma infraestrutura de processos e documentos eletrônicos no Instituto Federal de Goiás e com isso sair da cultura do papel e caminhar para uma cultura Digital já se encontra com as fase 1 e 2 concluídas e em andamento com a criação dos documentos e modelos para o módulo SUAP, além dos tipos de processo e levantamentos das informações para requerimentos. Maiores informações acesse: <http://ifg.edu.br/component/content/article/224-ifg/pro-reitorias/desenvolvimento-institucional/dti/10071-ifgdigital?highlight=WyJlc28iLCJwYXB1bCIInJlZHVcdTAwZTdcdTAWZTNvIiwicGFwZWwgcmVkdVx1MDBIN1x1MDBIM28iXQ>.

3.2 EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

O Eixo Políticas de Gestão é subdividido em duas dimensões: Políticas de Pessoal e Organização e Gestão da Instituição. Conforme a Lei do SINAES a dimensão de Políticas de Pessoal engloba: " as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho" (Art. 3º, V). Sobre a Organização e Gestão da Instituição está colocado: "especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência

e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios" (Art. 3º, VI).

Diante disso e da necessidade de concisão na elaboração do questionário, pesquisa de autoavaliação buscou avaliar a Política de Pessoal a partir da avaliação das Comissões de Supervisão de Carreira, da percepção das Políticas de Capacitação encampadas pela Instituição e da possibilidade de participação dos diversos segmentos nos Colegiados consultivo do IFG.

3.2.1 Dimensão V- Políticas de Pessoal:

O PDI/IFG traz 13 ações a serem implementadas durante sua vigência no que se concerne à política de gestão de pessoas (p. 56 e 57). A política de gestão de pessoas do IFG, apresentou 51,7% de avaliações "bom" ou "ótimo", gerando um indicador geral de "desenvolver". Observa-se que os servidores técnico-administrativos lotados nos Câmpus são os que menos avaliaram positivamente a política de gestão de pessoas desenvolvida no IFG: 36,5%. Docentes e técnicos-administrativos lotados na reitoria apresentam, respectivamente, 56,4% e 66,7% de aprovação. Estes resultados nos demonstram que a percepção sobre a política de gestão de pessoas precisa melhorar nos Câmpus, sobretudo, para o segmento técnico-administrativo.

Sobre a política de capacitação dos servidores, o PDI prevê a garantia de ações permanentes para a qualificação e formação de servidores, estabelecendo a meta de 40% dos servidores qualificados ou especializados em diferentes áreas da educação (p.57). A pesquisa de autoavaliação institucional 2019 demonstrou que os servidores técnico-administrativos lotados nos Câmpus não têm uma percepção tão positiva da política de capacitação quanto os servidores técnicos-administrativos da reitoria.

No que se refere às carreiras, a CPA buscou avaliar a percepção das categorias em relação à atuação das comissões permanentes voltadas para suas respectivas carreiras. A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), recebeu avaliação positiva de 62% dos docentes. E a CIS (Comissão Interna de Supervisão da Carreira) recebeu avaliação positiva de 36,4% dos técnicos-administrativos, com menor proporção de avaliações positivas nos Câmpus: 34,4%.

3.2.1.1 Política de gestão de pessoas a Instituição

Gráfico 9: A política de gestão de pessoas no IFG é: (Segmento docente e Técnico-Administrativo)

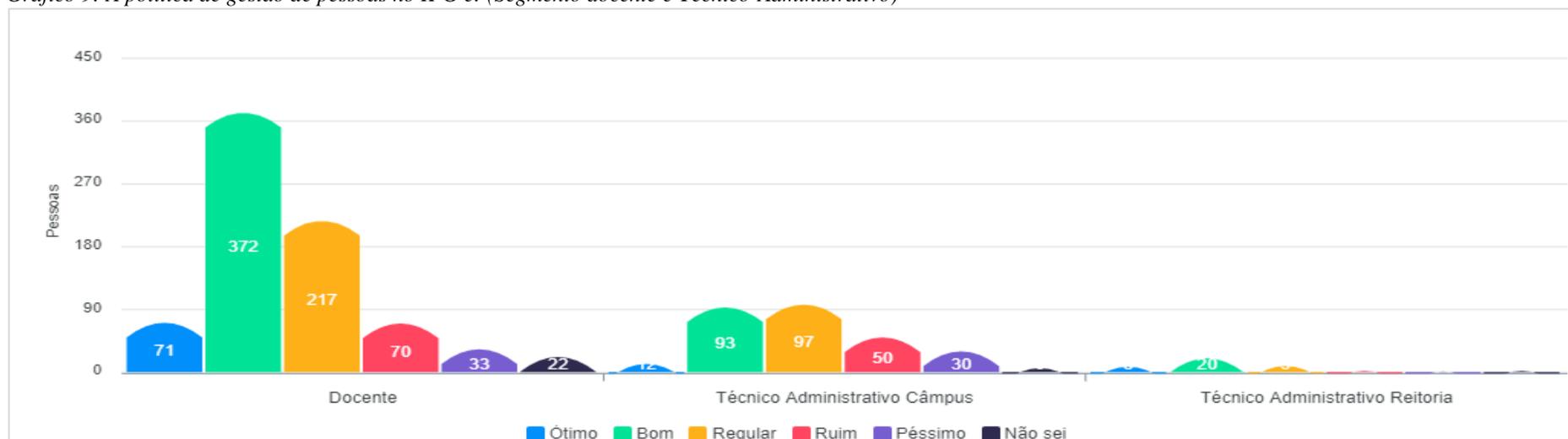


Tabela 10: A política de gestão de pessoas no IFG é: (Segmento Docente e Técnico-Administrativo).

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	71	9.1%
Docente	Bom	372	47.5%
Docente	Regular	217	27.6%
Docente	Ruim	70	8.9%
Docente	Péssimo	33	4.2%
Docente	Não sei	22	2.8%

Desenvolver: 56,4%			
Técnico AdministrativoCâmpus	Ótimo	12	4.2%
Técnico AdministrativoCâmpus	Bom	93	32.3%
Técnico AdministrativoCâmpus	Regular	97	33.7%
Técnico AdministrativoCâmpus	Ruim	50	17.4%
Técnico AdministrativoCâmpus	Péssimo	30	10.4%
Técnico AdministrativoCâmpus	Não sei	6	2.1%
Melhorar: 36,5%			
Técnico AdministrativoReitoria	Ótimo	8	19%
Técnico AdministrativoReitoria	Bom	20	47.6%
Técnico AdministrativoReitoria	Regular	9	21.4%
Técnico AdministrativoReitoria	Ruim	2	4.8%
Técnico AdministrativoReitoria	Péssimo	1	2.4%
Técnico AdministrativoReitoria	Não sei	2	4.8%
Desenvolver: 66,7%			

Total de respondentes: 1115 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR GERAL: Desenvolver 51,8%

3.2.1.2 Atuação da CPPD

Gráfico 10: A atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é: (Segmento Docente)

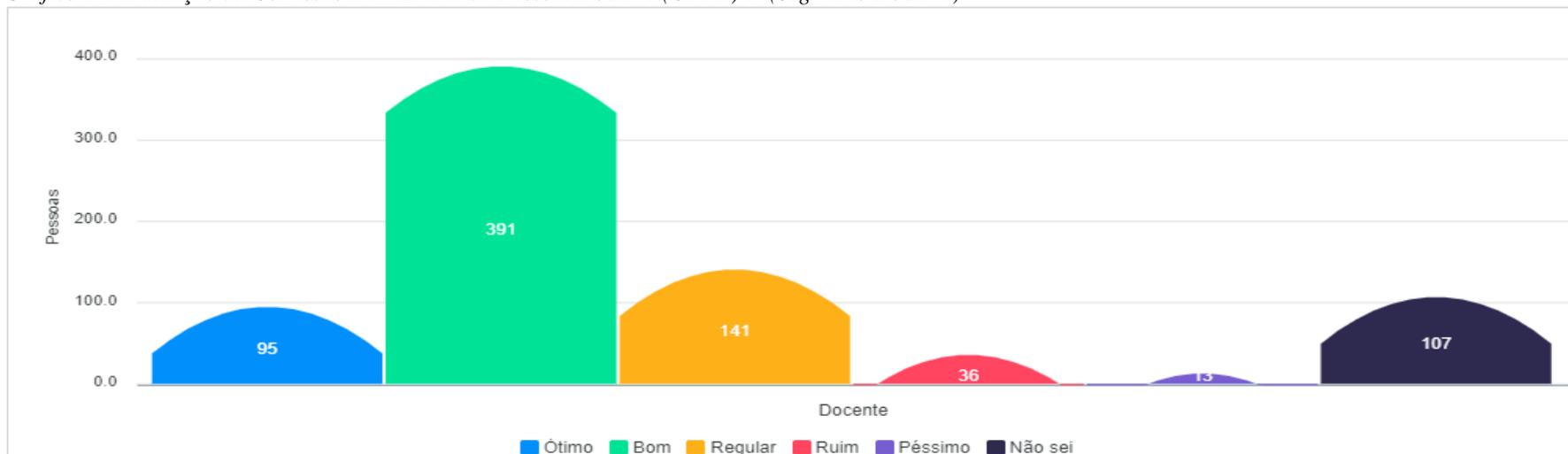


Tabela 11: A atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é: (Segmento Docente).

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	95	12.1%
Docente	Bom	392	49.9%
Docente	Regular	141	18%
Docente	Ruim	36	4.6%
Docente	Péssimo	13	1.7%
Docente	Não sei	108	13.8%

Total de respondentes: 785 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR: Desenvolver 62%

3.2.1.3 Política de Capacitação Técnicos-Administrativos

Gráfico 11: A política de capacitação para os servidores técnico administrativos no IFG é:(Câmpus- Técnicos-Administrativos)

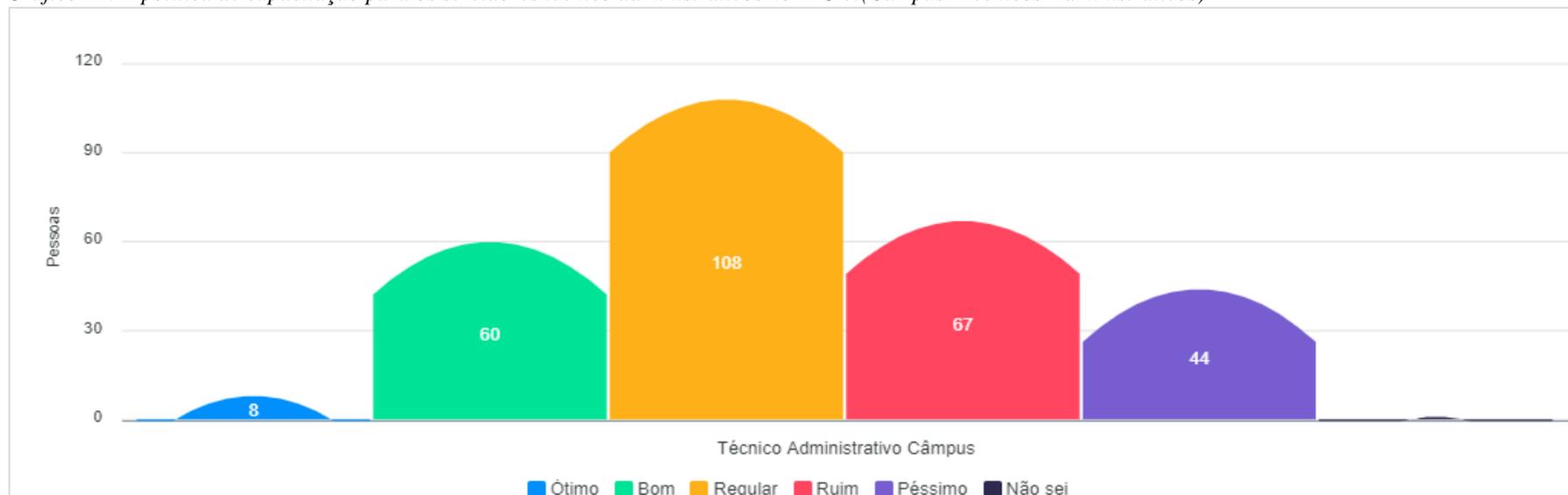


Tabela 12: A política de capacitação para os servidores técnico administrativos no IFG é:(Câmpus- Técnicos-Administrativos).

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Técnico AdministrativoCâmpus	Ótimo	8	2.8%
Técnico AdministrativoCâmpus	Bom	60	20.8%
Técnico AdministrativoCâmpus	Regular	108	37.5%
Técnico AdministrativoCâmpus	Ruim	67	23.3%
Técnico AdministrativoCâmpus	Péssimo	44	15.3%
Técnico AdministrativoCâmpus	Não sei	1	0.3%

Total de respondentes: 288 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR: Sanar 23,6%

Gráfico 12: A política de capacitação dos servidores técnicos administrativos no IFG é: (Reitoria- Técnicos-Administrativos)

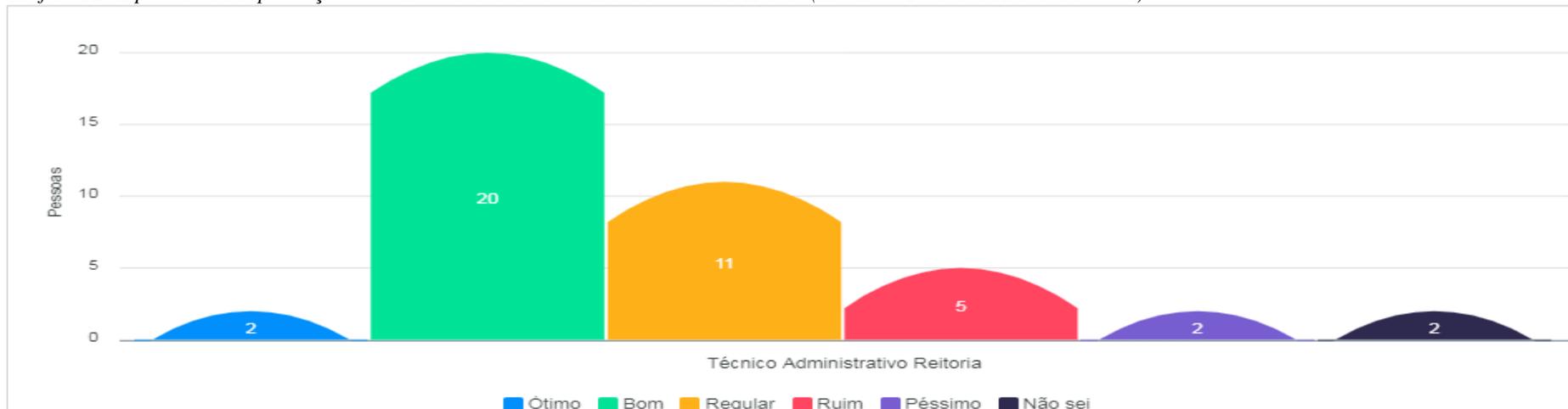


Tabela 13: A política de capacitação dos servidores técnicos-administrativos no IFG é: (Reitoria- Técnicos-Administrativos).

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Técnico AdministrativoReitoria	Ótimo	2	4.8%
Técnico AdministrativoReitoria	Bom	20	47.6%
Técnico AdministrativoReitoria	Regular	11	26.2%
Técnico AdministrativoReitoria	Ruim	5	11.9%
Técnico AdministrativoReitoria	Péssimo	2	4.8%
Técnico AdministrativoReitoria	Não sei	2	4.8%

Desenvolver 52,4%

Total de respondentes: 42 pessoas <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR: Desenvolver 52,4%

3.2.1.4 Atuação da CIS

Gráfico 13: A atuação da Comissão Interna de Supervisão de Carreira (Servidores Técnicos-administrativos -Câmpus)

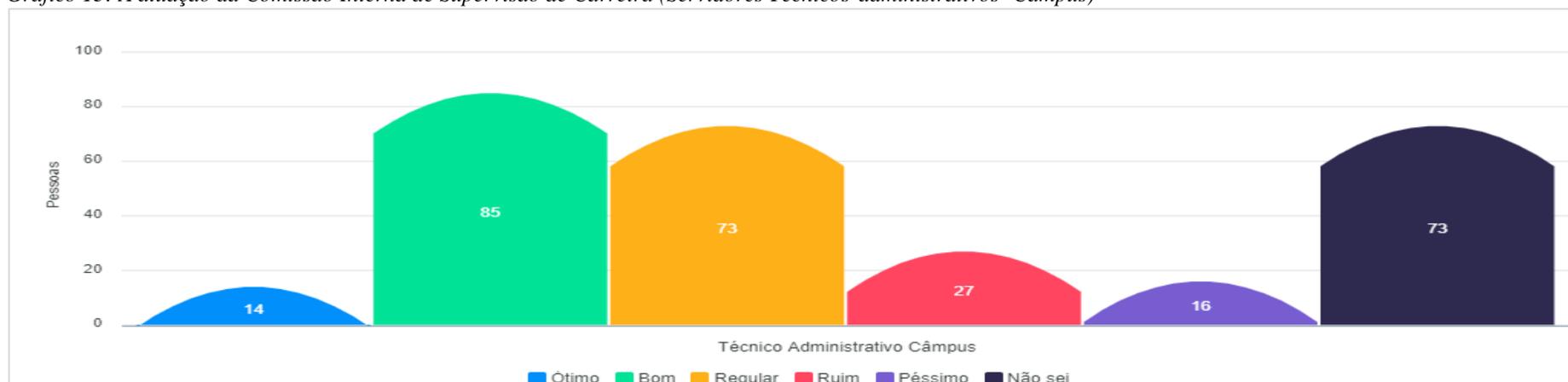


Tabela 14: A atuação da Comissão Interna de Supervisão de Carreira (Servidores Técnicos-administrativos -Câmpus).

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Técnico Administrativo Câmpus	Ótimo	14	4.9%
Técnico Administrativo Câmpus	Bom	85	29.5%
Técnico Administrativo Câmpus	Regular	73	25.3%
Técnico Administrativo Câmpus	Ruim	27	9.4%
Técnico Administrativo Câmpus	Péssimo	16	5.6%
Técnico Administrativo Câmpus	Não sei	73	25.3%
Melhorar: 34,4%			

Total de respondentes: 288 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

Gráfico 14: A atuação da Comissão Interna de Supervisão de Carreira (Servidores Técnicos-administrativos-Reitoria)

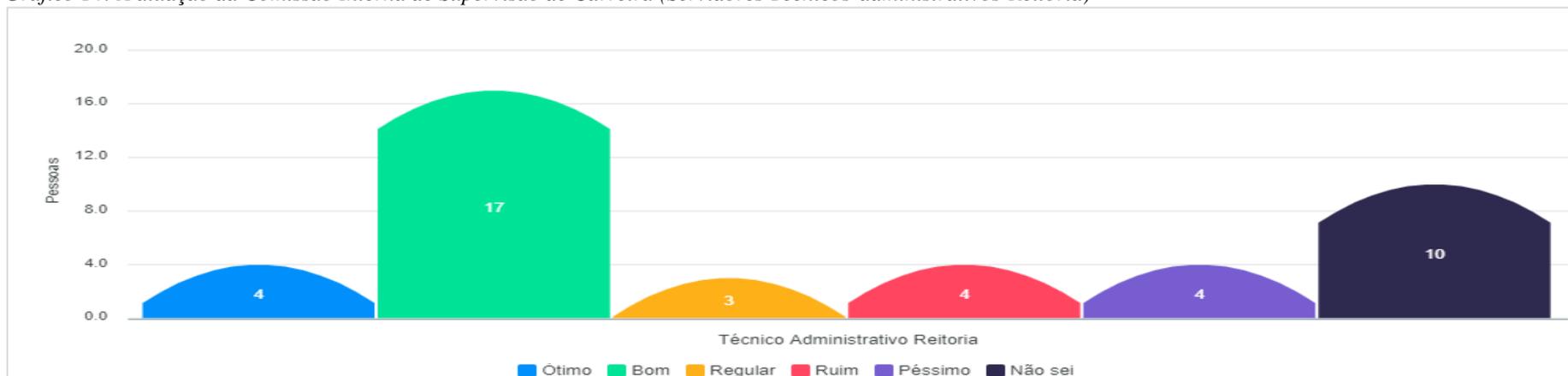


Tabela 15: A atuação da Comissão Interna de Supervisão de Carreira (Servidores Técnicos-administrativos-Reitoria).

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Técnico Administrativo Reitoria	Ótimo	4	9.5%
Técnico Administrativo Reitoria	Bom	17	40.5%
Técnico Administrativo Reitoria	Regular	3	7.1%
Técnico Administrativo Reitoria	Ruim	4	9.5%
Técnico Administrativo Reitoria	Péssimo	4	9.5%
Técnico Administrativo Reitoria	Não sei	10	23.8%

Melhorar: 50%

Total de respondentes: 42 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR GERAL: Melhorar 36,4%

3.2.2 Dimensão VI - Organização e Gestão da Instituição:

Na dimensão organização e gestão da instituição, a CPA buscou avaliar a garantia da participação democrática nas tomadas de decisões nos colegiados do IFG. Conforme o PDI, a Instituição possui os seguintes colegiados e comissões responsáveis pela condução e avaliação dos assuntos acadêmicos que contam com a representação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica: Conselho Superior - CONSUP, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEPEX, o Conselho de Câmpus - CONCAMPUS, Conselho Departamental e Núcleo Docente Estruturante - NDE; As Comissões Permanentes: Comissão Permanente de Avaliação - CPA; Comissão Permanente de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial/CPPIR.

Dentre os objetivos elencados no PDI está: "11. promover diálogos com a comunidade externa, garantindo a gestão democrática, a participação e a representação da comunidade interna." (p. 15). De forma específica, na seção sobre políticas de gestão, estabelece a busca pelo "diálogo permanente com vários segmentos da comunidade interna e sociedade" (p. 145), posicionando-se conforme princípios de autonomia e gestão democrática e compromete-se com a

melhoria da comunicação interna e externa, agilidade, confiabilidade nas decisões e **transparência nas ações administrativas, construindo um modelo de gestão democrática, no qual a comunidade é partícipe, opinando e compartilhando das políticas públicas,** observando sempre que a condição humana seja o objeto central das ações da instituição (IFG, PDI 2019-2023; p. 146).

Ao avaliar a garantia da participação democrática nos colegiados do IFG, a comunidade indicou, em mais de 60% das respostas, que o aspecto é "bom" ou "ótimo", devendo ser, portanto, desenvolvido para atingir patamares de excelência. Os servidores técnico-administrativos dos Câmpus apresentaram uma avaliação mais crítica a respeito do item: 50,5% indicaram a garantia da participação nos colegiados como "bom" ou "ótima". Os docentes, em 69% das respostas indicaram positivamente o item avaliado.

3.2.2.1 Participação nas tomadas de decisões

Gráfico 15: A garantia da participação democrática nas tomadas de decisões nos colegiados do IFG: (Pergunta para todos os segmentos)

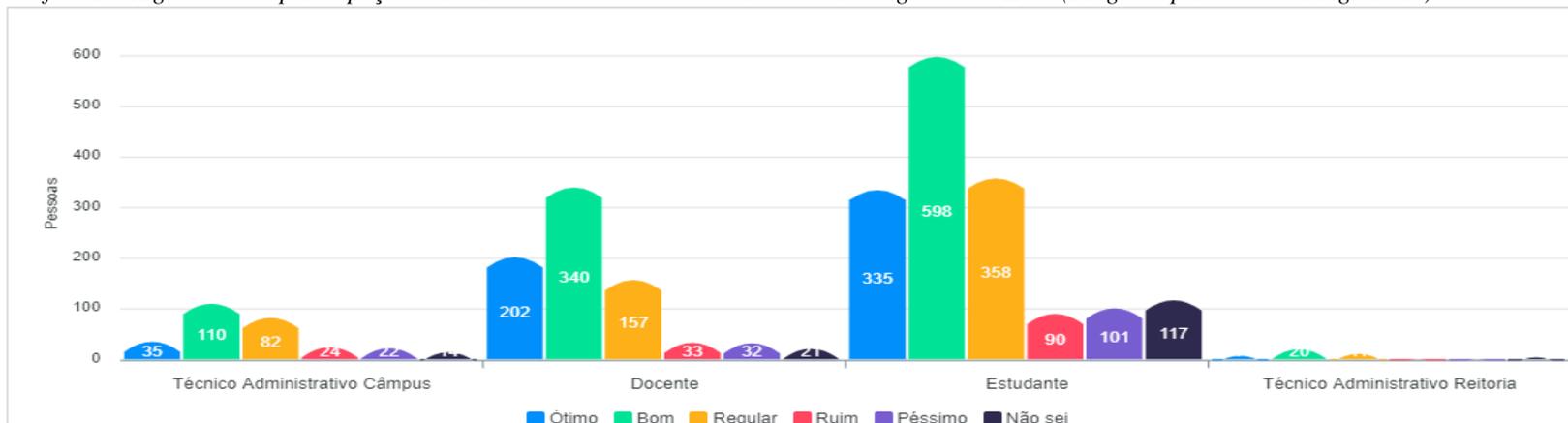


Tabela 16: A garantia da participação democrática nas tomadas de decisões nos colegiados do IFG: (Pergunta obrigatória para todos os segmentos).

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	202	25.7%
Docente	Bom	340	43.3%
Docente	Regular	157	20%
Docente	Ruim	33	4.2%
Docente	Péssimo	32	4.1%
Docente	Não sei	21	2.7%
Desenvolver: 69%			
Estudante	Ótimo	335	21%
Estudante	Bom	598	37.4%
Estudante	Regular	358	22.4%

Estudante	Ruim	90	5.6%
Estudante	Péssimo	101	6.3%
Estudante	Não sei	117	7.3%
Desenvolver: 58,3%			
Técnico AdministrativoCâmpus	Ótimo	35	12.2%
Técnico AdministrativoCâmpus	Bom	110	38.3%
Técnico AdministrativoCâmpus	Regular	82	28.6%
Técnico AdministrativoCâmpus	Ruim	24	8.4%
Técnico AdministrativoCâmpus	Péssimo	22	7.7%
Técnico AdministrativoCâmpus	Não sei	14	4.9%
Desenvolver: 50,5%			
Técnico AdministrativoReitoria	Ótimo	7	16.7%
Técnico AdministrativoReitoria	Bom	20	47.6%
Técnico AdministrativoReitoria	Regular	11	26.2%
Técnico AdministrativoReitoria	Não sei	4	9.5%
Desenvolver: 64,3%			

Total de respondentes: 2713 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR GERAL: Desenvolver 60,7%

3.2.3 Críticas e sugestões da comunidade para o Eixo: Políticas de Gestão

O eixo 4 trata das políticas de gestão, que incluem as políticas de pessoal, de capacitação docente e dos técnicos administrativos, da organização e gestão da Instituição, do planejamento e da sustentabilidade financeira do IFG. Em relação a política de gestão no IFG, a comunidade acadêmica considerou-se que deve ser melhorada (indicador geral de 36,4%). Entre os docentes (56,4%), servidores técnicos administrativos da Reitoria (66,7%) indicam que este tópico deve ser desenvolvido. Já para os técnicos administrativos nos Câmpus (36,5%) indicam de deve ser melhorado. Em conformidade com a pesquisa a atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente obteve um percentual de 62%, indicando que este item deve ser desenvolvido pela a instituição, da mesma forma que a política de capacitação para os técnicos administrativos da reitoria (52,4%). Já para os técnicos administrativos dos Câmpus, foi o item que recebeu a pior avaliação (23,6%), indicando que a instituição deve promover ações para sanar esta fragilidade.

Na organização e gestão institucional o item “a garantia de participação democrática nas tomadas de decisões nos colegiados do IFG é”, pergunta obrigatória para todos os segmentos. As porcentagens entre “ótimo” e “bom”, foram: docentes (69%), estudantes (58,3%), técnicos administrativos nos Câmpus (50,5%) e técnicos administrativos na Reitoria (64,3%). Com indicador geral de 60,7%, e tendo como indicação que este item deve ser desenvolvido pela instituição. Como críticas, a comunidade reivindica que seja efetivamente garantida a participação democrática nas tomadas de decisões no IFG.

De maneira geral, a maioria dos aspectos avaliados na dimensão precisam ser melhorados ou desenvolvidos tanto para a comunidade acadêmica dos Câmpus, quanto entre os servidores da Reitoria. As contribuições no campo aberto do questionário reafirmam os resultados das questões objetivas. A maioria das contribuições dizem respeito à necessidade de participação democrática da comunidade acadêmica nas tomadas de decisões e à necessidade de maior transparência das ações da gestão, conforme trechos que seguem:

Poderia colocar uma votação para o coordenador do curso em que os alunos e professores possam votar no coordenador e sua escolha. “Discente”

Acho que o trabalho da CIS deveria ser mais divulgado, como acontece com a CPPD e também acho que os critérios pra capacitação dos servidores técnico-administrativos não deveria ser tão rígido, considerando que com os docentes não é assim e que não existe a figura do técnico-administrativo substituto com é o caso dos docentes. “Técnico administrativo”

política de gestão de pessoas ainda é voltada para administração e não para pessoas. O foco deveria

ser nas pessoas, em suas habilidades e bem estar.
“Técnico administrativo”

Em relação à gestão de pessoas, ela simplesmente não existe. O que temos, pelo menos nos câmpus, é gestão de processos e documentos. Estamos longe do cenário ideal.
“Técnico administrativo”

Gostaria de registrar minha satisfação pessoal em fazer parte do IFG e elogiar as ações que visam a melhoria e o crescimento do IFG. No entanto, acredito que tais ações são feitas de modo isolado. Nem sempre chegam ao conhecimento de todos ou não tem o engajamento inter setores necessário para alavancar tais melhorias. “Técnico administrativo”

Deveria ser melhor gerida a gestão de pessoas e atribuições, pois existem servidores e setores com muito serviço e outros setores e servidores com poucas atribuições. “Técnico administrativo”

3.2.4 Sugestões da CPA para o Eixo: Políticas de Gestão

No eixo Políticas de Gestão, as fragilidades apresentadas relacionam-se com as políticas de pessoas, sobretudo as que são voltadas para os servidores técnicos-administrativos. Os servidores técnicos administrativos dos Câmpus têm uma percepção mais crítica a respeito das políticas de gestão e de pessoal. Nesse sentido, conforme a indicação de "melhorar", ou seja, a aprovação de menos de 51% da comunidade sobre o aspecto avaliado, a CPA faz as seguintes sugestões:

➤ Políticas de capacitação dos servidores técnicos-administrativos:

Diante do exposto, a CPA sugere:

- A criação e ampla divulgação de um calendário semestral de formação continuada dos servidores em todos os Câmpus. No mês de outubro, mês de comemoração do dia do servidor público, intensificar as ações de capacitação.
- Relacionar com mais ênfase que ações já desenvolvidas como DINTERS, MINTERS, Mestrado Profissional da Rede, Especializações e cursos de segunda graduação são ações de capacitação e qualificação dos servidores.

- Realizar levantamentos periódicos a respeito da necessidade de ações de capacitação, não só a partir da pesquisa de opinião entre os servidores, mas a partir do levantamento das melhores práticas dentro do serviço público.
 - Criar um banco de talentos interno para que os servidores, registrar suas habilidades e competências no que diz respeito às legislações, gerenciamento, sistemas informáticos, metodologias de trabalho em grupo, comunicacionais, etc. Tal banco de dados possibilitará uma aproximação entre demanda e soluções, propiciando a proposição de ações de capacitação com maior celeridade, gerando a valorização do conhecimento dos servidores.
- **Atuação da CIS**
- Outra fragilidade retratada na pesquisa de autoavaliação 2019 foi a percepção dos servidores técnico-administrativo sobre a CIS. Para melhorar tal percepção a CPA sugere a ampliação da divulgação das competências e responsabilidades da CIS aos servidores.

3.2.5 Acompanhamento da apropriação das sugestões da CPA para o Eixo Políticas de Gestão

Em resposta ao relatório de 2017 observamos ao longo do ano 2018 e 2019 que as seguintes ações foram realizadas: cada um dos 14 Câmpus do IFG possui um NAPNE, conforme Resolução do Conselho Superior do IFG n° 30, de 2 de outubro de 2017, que estabelece o regulamento desse órgão na instituição. Além do seminário anual que discute Políticas de Igualdade Étnico-Racial e em resposta ao Memorando memorando n° 008/2019/CPPIR/IFG, os Câmpus iniciaram a definição de comissões provisórias para compor a CPPIR e, posteriormente comporem a Comissão Permanente. Cursos sobre Moodle (Ambientação e Docência), Libras, SIGEP, entre outros, foram/são realizados promovendo a formação continuada. Maiores informações acesse: <http://www.ifg.edu.br/component/content/article/161-ifg/campus/goiania/noticias-campus-goiania/7975-ifg-capacita-servidores-para-utilizacao-do-siap?highlight=WyJjdXJzbyIsImNhcGFjaXRhIiwic2Vydmlkb3JlcyIsImN1cnNvIGNhcGFjaXRhIiwic2Vyc28gY2FwYWNpdGEgc2Vydmlkb3JlcyIsImNhcGFjaXRhIHlnZpZG9yZXMxXQ>, <http://www.ifg.edu.br/component/content/article/161-ifg/campus/goiania/noticias-campus-goiania/15197-curso-de-extensao-em-libras->

[capacita-servidores-e-alunos-para-comunicacao-com-comunidade-surda?highlight=WyJjdXJzbyIsImNhcGFjaXRhIiwic2Vydmk3JlcyIsImN1cnNvIGNh](http://www.ifg.edu.br/cursos-desenvolvimento-institucional)
[cGFjaXRhIwiY3Vyc28gY2FwYWVpdGEgc2Vydmk3JlcyIsImNhcGFjaXRhIHN1cn](http://www.ifg.edu.br/cursos-desenvolvimento-institucional)
[ZpZG9yZXMlXQ](http://www.ifg.edu.br/cursos-desenvolvimento-institucional), <http://www.ifg.edu.br/cursos-desenvolvimento-institucional>.

Com relação à Transparência nas decisões da Reitoria, Transparência e eficiência na aplicação dos recursos financeiros e atuação do CODIR pode-se afirmar que os Conselhos Superior e de Ensino, Pesquisa e Extensão e as Comissões Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação e Própria de Avaliação (CPA) publicitam todas as Atas e relatórios produzidos e que já se encontra em uso o Plano de dados abertos, dando transparência na aplicação dos recursos. Maiores informações acesse: <http://www.ifg.edu.br/conselhos>, <http://www.ifg.edu.br/comissoes> e <http://www.dados.gov.br/organization/instituto-federal-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-de-goias-ifg>.

3.3 EIXO V: INFRAESTRUTURA

Conforme a Lei 10.861/2004, a avaliação sobre a infraestrutura física deve abordar especialmente a infraestrutura de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

O PDI aborda como ação a ser priorizada durante sua vigência a ação 9, que consiste na elaboração de uma política sobre uso e a gestão dos equipamentos/espacos acadêmicos (p. 66). Além disso, anuncia que as estruturas físicas e instalações acadêmicas são objeto de avaliação e redimensionamento conforme a necessidade do Câmpus diagnosticada, dentre outros dispositivos, pela autoavaliação institucional (p. 69).

3.3.1 Dimensão VII: Infraestrutura Física:

No questionário de autoavaliação 2019 foram avaliados os seguintes aspectos relacionados à infraestrutura física:

3.3.1.1 Bibliotecas:

I. A infraestrutura da biblioteca do IFG é:

A infraestrutura da biblioteca foi muito bem avaliada e recebeu aprovação de mais de 75% dos respondentes, gerando a indicação de "manter".

II. O acervo da biblioteca voltado para seu curso é: (estudantes)

O acervo da biblioteca recebeu avaliação positiva de 68,2% dos estudantes que responderam à pergunta, gerando a indicação de "desenvolver".

III. O acervo da biblioteca voltado para sua área de atuação é: (docentes)

Os docentes possuem uma visão um pouco menos positiva que os estudantes. Quando perguntados sobre o acervo da biblioteca para sua área de atuação 48,2% responderam "bom" ou "ótimo", gerando a indicação de "melhorar".

3.3.1.2 Salas de aulas:

As condições das salas de aula (dimensão, iluminação, comodidade, recursos didáticos, dentre outros) do IFG são:

O segmento docente avaliou as condições das salas de aula como algo a ser melhorado, 49,7% das respostas foram "bom" ou "ótimo". Entre os estudantes a aprovação é de 51%, gerando a indicação de "desenvolver".

3.3.1.3 Laboratórios:

A forma como os laboratórios didáticos, necessários para sua área de atuação, atendem as demandas de ensino, pesquisa e extensão (considere estrutura e insumos) é:

A avaliação de docentes, estudantes e técnicos em laboratórios sobre as condições e os insumos dos laboratórios obteve 47,7% de aprovação, gerando a indicação de "melhorar".

3.3.1.4 Acessibilidade física:

A acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no IFG é: O aspecto foi avaliado com 59% de aprovação, gerando a indicação de "desenvolver". É interessante notar que mais de 65% dos estudantes aprovaram a acessibilidade para pessoas com deficiência. Entre os docentes a aprovação é de 53,2%; entre os técnicos-administrativos dos Câmpus, observa-se uma avaliação mais crítica: 40,8% de aprovação e os servidores da reitoria, em 59,5% das avaliações assinalaram "bom" ou "ótimo" para as condições de acessibilidade da instituição.

3.3.1.5 Espaços de convivência:

Espaços de convivência para os estudantes no IFG são:

Cerca de 60% dos estudantes avaliaram positivamente as áreas de convivência nos Câmpus, gerando a indicação de desenvolver.

As áreas de convivência para os servidores no IFG são:

Entre os servidores, docentes e técnicos, 49,6% avaliaram positivamente as áreas de convivência para servidores, gerando a indicação de promoção de ações que visem melhorar tais espaços.

3.3.1.6 Espaços administrativos da reitoria:

Os espaços administrativos da reitoria são:

Os espaços administrativos da reitoria, obteve 50% de aprovação, indicando a necessidade de ações de melhorias.

3.3.1.7 Bibliotecas- Infraestrutura

Gráfico 16: A infraestrutura da biblioteca do IFG é: (Segmento Docente, Discente e Técnico-Administrativo⁶ do Câmpus)

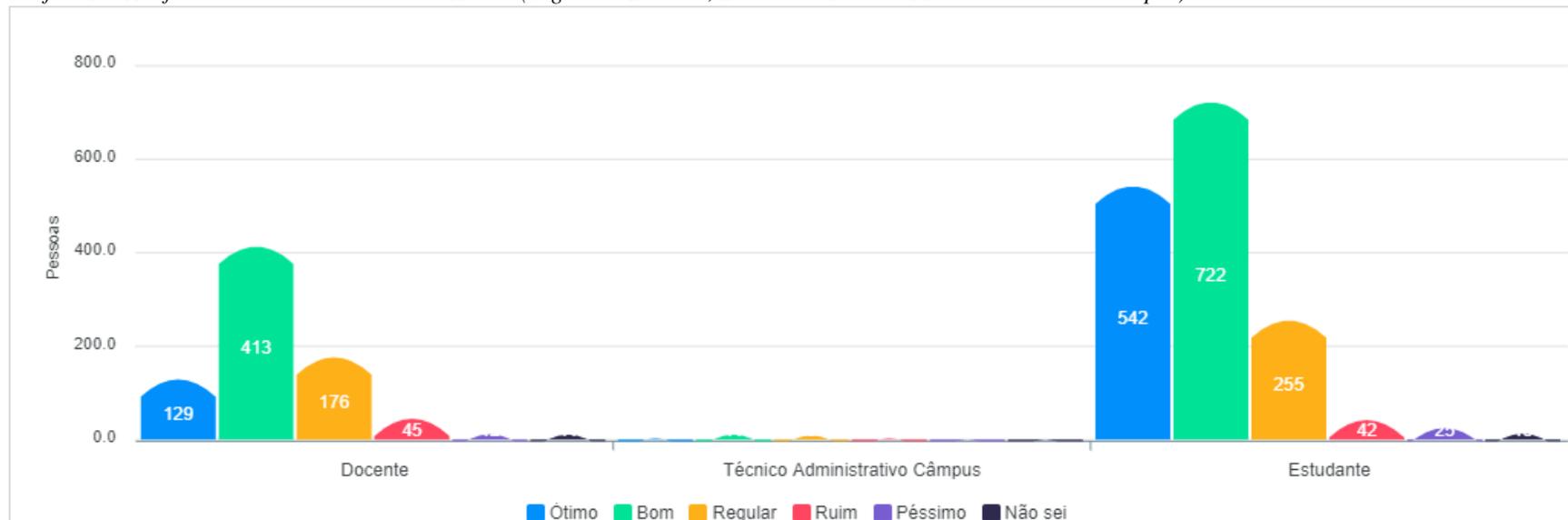


Tabela 17: A infraestrutura da biblioteca do IFG é: (Segmento Docente, Discente e Técnico-Administrativo-biblioteca do Câmpus).

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	129	16.5%
Docente	Bom	413	52.7%
Docente	Regular	176	22.4%
Docente	Ruim	45	5.7%
Docente	Péssimo	12	1.5%
Docente	Não sei	11	1.4%
Desenvolver: 69%			
Estudante	Ótimo	540	33.8%
Estudante	Bom	722	45.2%
Estudante	Regular	255	16%

⁶Somente para técnicos-administrativos que trabalham nas bibliotecas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

Estudante	Ruim	42	2.6%
Estudante	Péssimo	25	1.6%
Estudante	Não sei	13	0.8%
Manter: 79%			
Técnico Administrativo Câmpus-bibliot.	Ótimo	3	11.5%
Técnico Administrativo Câmpus- bibliot.	Bom	11	42.3%
Técnico Administrativo Câmpus- bibliot.	Regular	9	34.6%
Técnico Administrativo Câmpus- bibliot.	Ruim	3	11.5%
Desenvolver: 53, 8%			

Total de respondentes: 2411 respondentes. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR GERAL: Manter 75,5%

3.3.1.8 Acervo da biblioteca-estudantes

Gráfico 17: O acervo da biblioteca voltado para seu curso é: (estudantes)

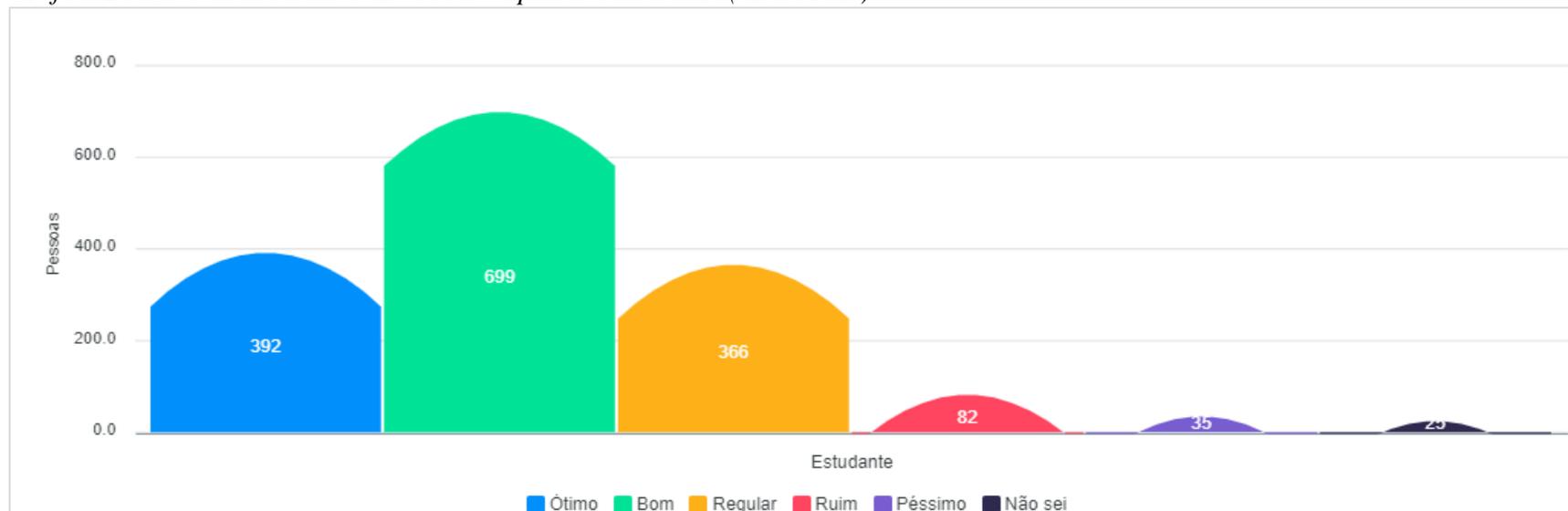


Tabela 18: O acervo da biblioteca voltado para o seu curso é:

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Estudante	Ótimo	392	24.5%
Estudante	Bom	699	43.7%
Estudante	Regular	366	22.9%
Estudante	Ruim	82	5.1%
Estudante	Péssimo	35	2.2%
Estudante	Não sei	25	1.6%

Total de respondentes: 1599 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR GERAL: Desenvolver 68,2%

Gráfico 18: O acervo da biblioteca voltado para sua área de atuação é: (docentes)

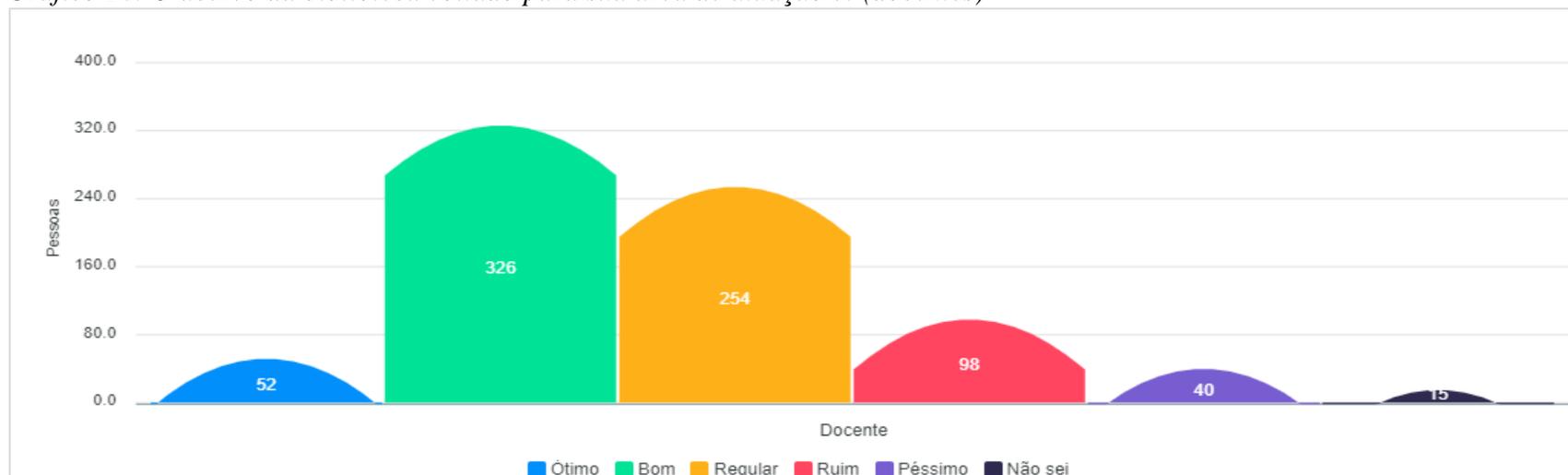


Tabela 19: O acervo da biblioteca voltado para sua área de atuação é: (docentes).

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	52	6.6%
Docente	Bom	326	41.5%
Docente	Regular	254	32.4%
Docente	Ruim	98	12.5%
Docente	Péssimo	40	5.1%
Docente	Não sei	15	1,9%

Total de respondentes: 785 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR GERAL: Melhorar 48,2%

3.3.1.10 Condições gerais das salas de aula

Gráfico 19: As condições das salas de aula (dimensão, iluminação, comodidade, recursos didáticos, dentre outros) do IFG são:

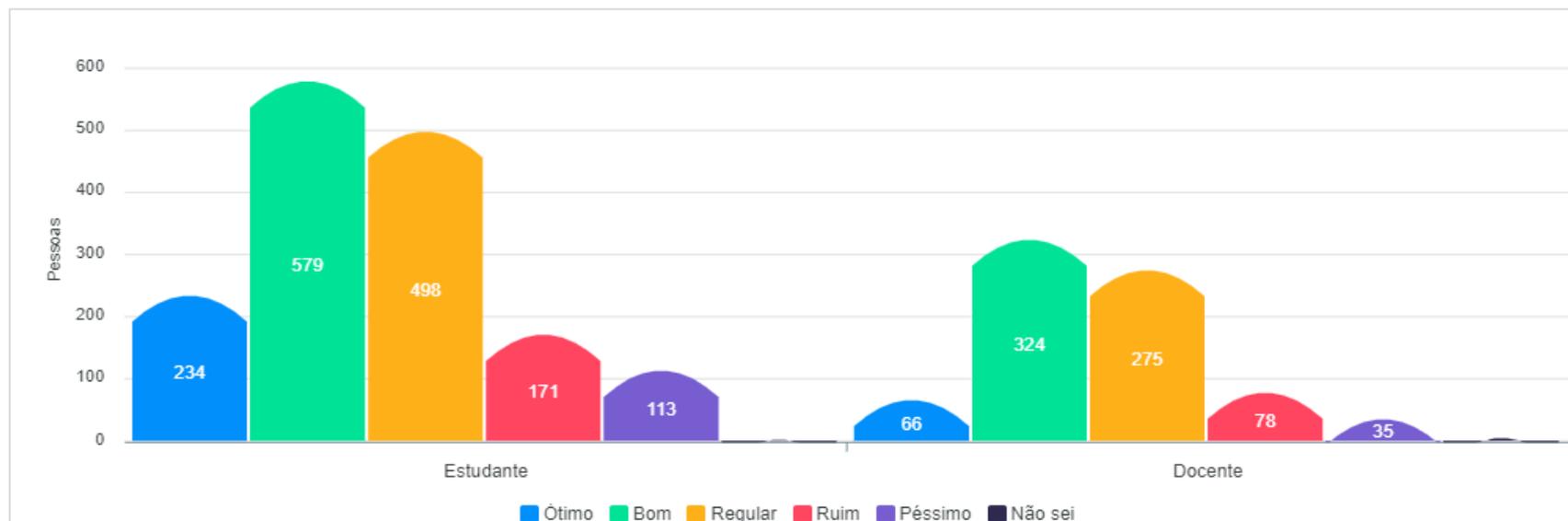


Tabela 20: As condições das salas de aula (dimensão, iluminação, comodidade, recursos didáticos, dentre outros) do IFG são:

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	66	8.4%
Docente	Bom	324	41.4%
Docente	Regular	275	35.1%
Docente	Ruim	78	10%
Docente	Péssimo	35	4.5%
Docente	Não sei	5	0.6%
Melhorar: 40,7%			
Estudante	Ótimo	234	14.7%
Estudante	Bom	579	36.3%
Estudante	Regular	498	31.2%
Estudante	Ruim	171	10.7%

Estudante	Péssimo	113	7.1%
Estudante	Não sei	2	0.1%
Desenvolver: 51%			

Total de respondentes: 2384 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR GERAL: Desenvolver 50,5%

3.3.1.11 Condições gerais dos laboratórios

Gráfico 20: A forma como os laboratórios didáticos, necessários para sua área de atuação, atendem as demandas de ensino, pesquisa e extensão (considere estrutura e insumos) é: (Segmento Docente, discente e técnico-administrativo⁷)

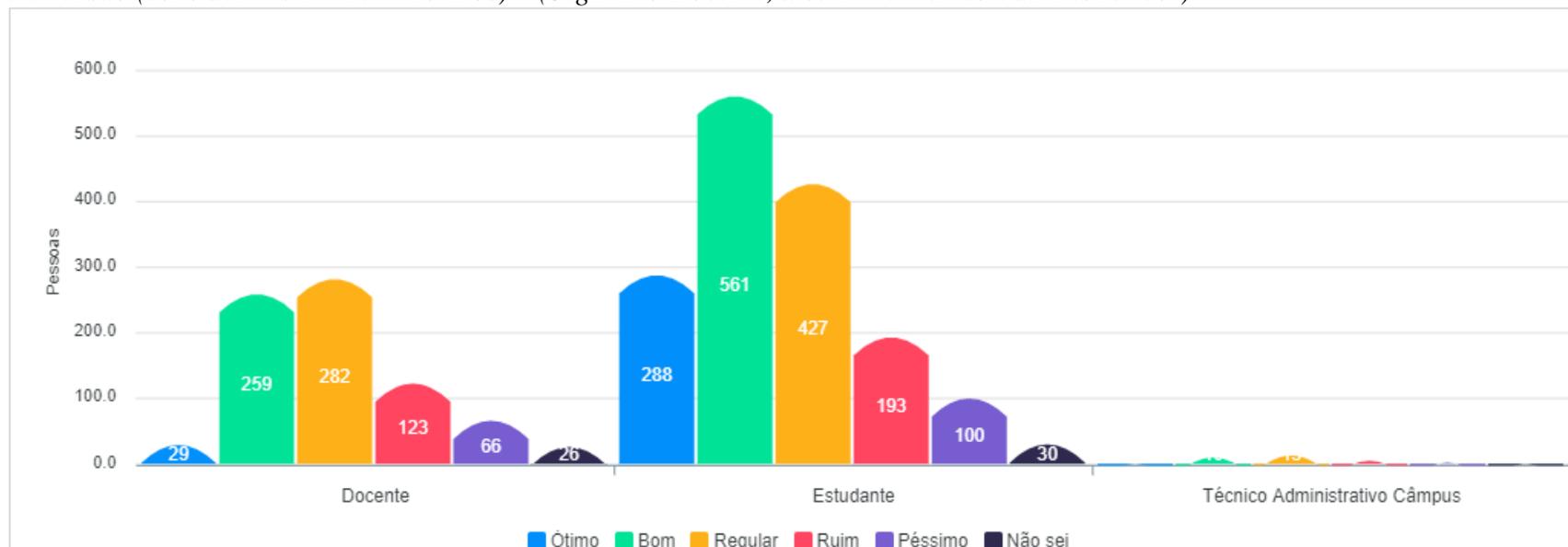


Tabela 21: A forma como os laboratórios didáticos, necessários para sua área de atuação, atendem as demandas de ensino, pesquisa e extensão (considere estrutura e insumos) é: (Segmento Docente, discente e técnico-administrativo).

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	29	3.7%
Docente	Bom	259	33%
Docente	Regular	282	35.9%
Docente	Ruim	123	15.7%
Docente	Péssimo	66	8.4%
Docente	Não sei	26	3.3%
Melhorar: 36,7%			

⁷ Pergunta aplicada somente para técnicos de laboratório.

Estudante	Ótimo	288	18%
Estudante	Bom	561	35.1%
Estudante	Regular	427	26.7%
Estudante	Ruim	193	12.1%
Estudante	Péssimo	100	6.3%
Estudante	Não sei	30	1.9%
Desenvolver: 53,1%			
Técnico Administrativo Câmpus- Téc. Laboratório	Bom	10	33.3%
Técnico Administrativo Câmpus- Téc. Laboratório	Regular	13	43.3%
Técnico Administrativo Câmpus- Téc. Laboratório	Ruim	5	16.7%
Técnico Administrativo Câmpus-- Téc. Laboratório	Péssimo	2	6.7%
Melhorar: 33,3%			

Total de respondentes: 2414 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR GERAL: Melhorar 47,5%

3.3.1.12 Acessibilidade física

Gráfico 21: A acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no IFG é: (Todos os segmentos)

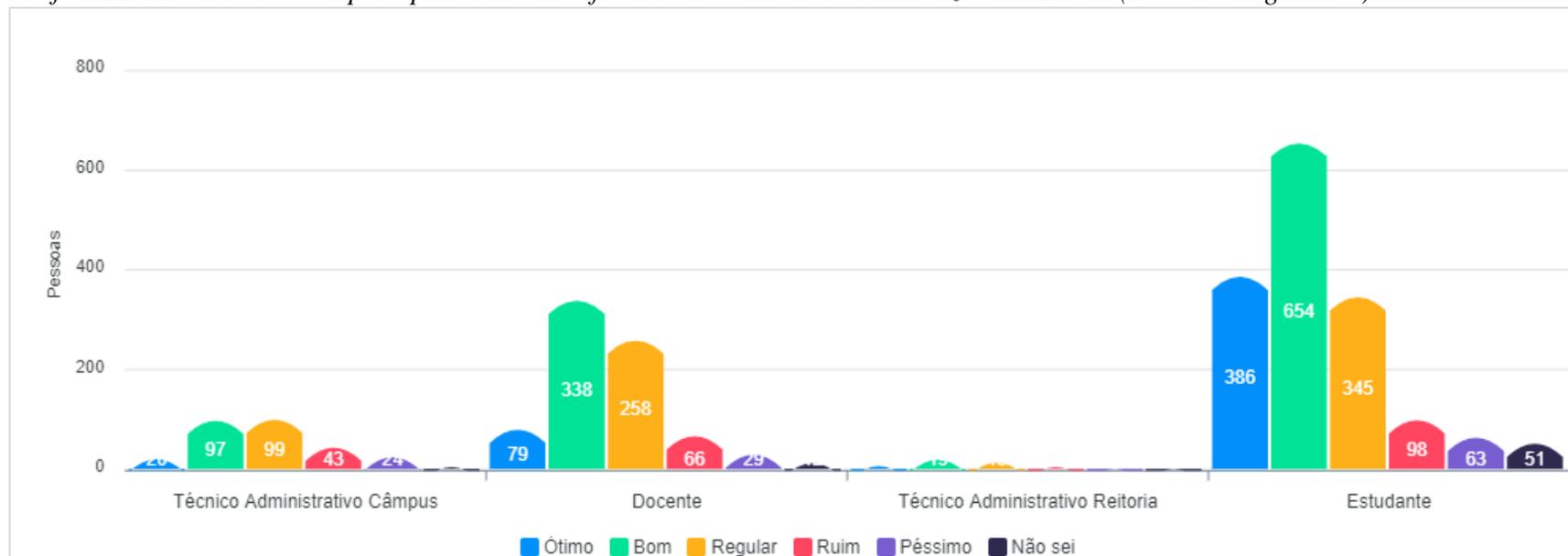


Tabela 22: A acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no IFG é: (Todos segmentos).

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	79	10.1%
Docente	Bom	338	43.2%
Docente	Regular	258	33%
Docente	Ruim	66	8.4%
Docente	Péssimo	29	3.7%
Docente	Não sei	12	1.5%
Desenvolver: 53,2%			
Estudante	Ótimo	386	24.2%
Estudante	Bom	654	41%
Estudante	Regular	345	21.6%

Estudante	Ruim	98	6.1%
Estudante	Péssimo	63	3.9%
Estudante	Não sei	51	3.2%
Desenvolver: 65,2%			
Técnico Administrativo Câmpus	Ótimo	20	7%
Técnico Administrativo Câmpus	Bom	97	33.8%
Técnico Administrativo Câmpus	Regular	99	34.5%
Técnico Administrativo Câmpus	Ruim	43	15%
Técnico Administrativo Câmpus	Péssimo	24	8.4%
Técnico Administrativo Câmpus	Não sei	4	1.4%
Melhorar: 40,8%			
Técnico Administrativo Reitoria	Ótimo	6	14.3%
Técnico Administrativo Reitoria	Bom	19	45.2%
Técnico Administrativo Reitoria	Regular	13	31%
Técnico Administrativo Reitoria	Ruim	4	9.5%
Desenvolver: 59,5%			

Total de respondentes: 2712 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR GERAL: Desenvolver 59%

3.3.1.13 Áreas de convivências

Gráfico 22: As áreas de convivência para estudantes nos Câmpus é:

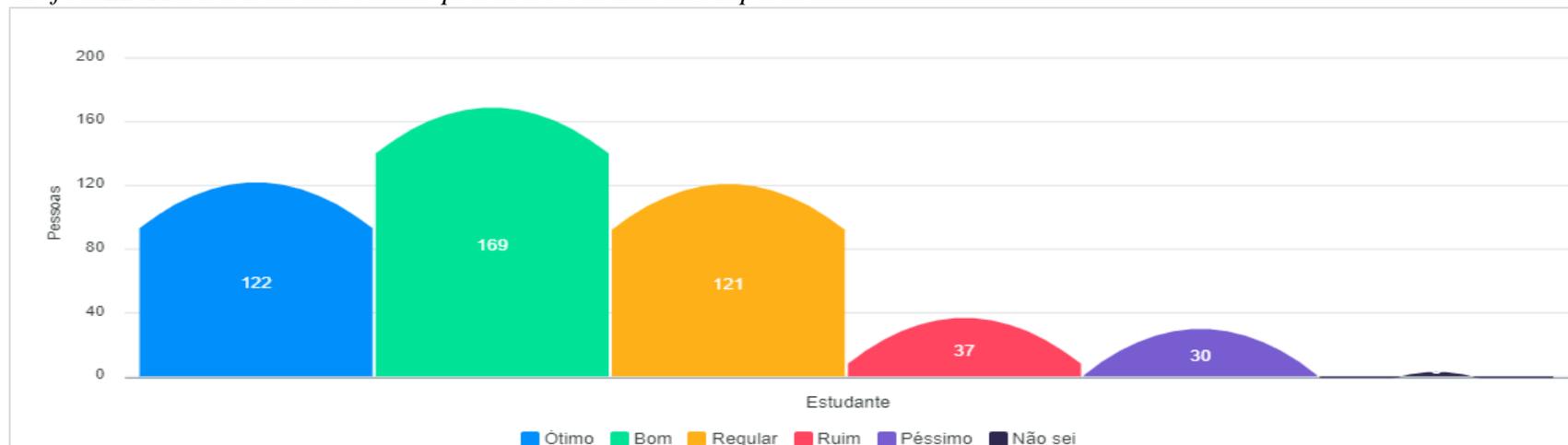


Tabela 23: As áreas de convivência para estudantes nos Câmpus é: (Estudantes).

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Estudante	Ótimo	122	25.3%
Estudante	Bom	169	35.1%
Estudante	Regular	121	25.1%
Estudante	Ruim	37	7.7%
Estudante	Péssimo	30	6.2%
Estudante	Não sei	3	0.6%

Total de respondentes: 482 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR GERAL: Desenvolver 60,4%

3.3.1.14 Áreas de convivências para os servidores:

Gráfico 23: As áreas de convivência para os servidores no IFG são:

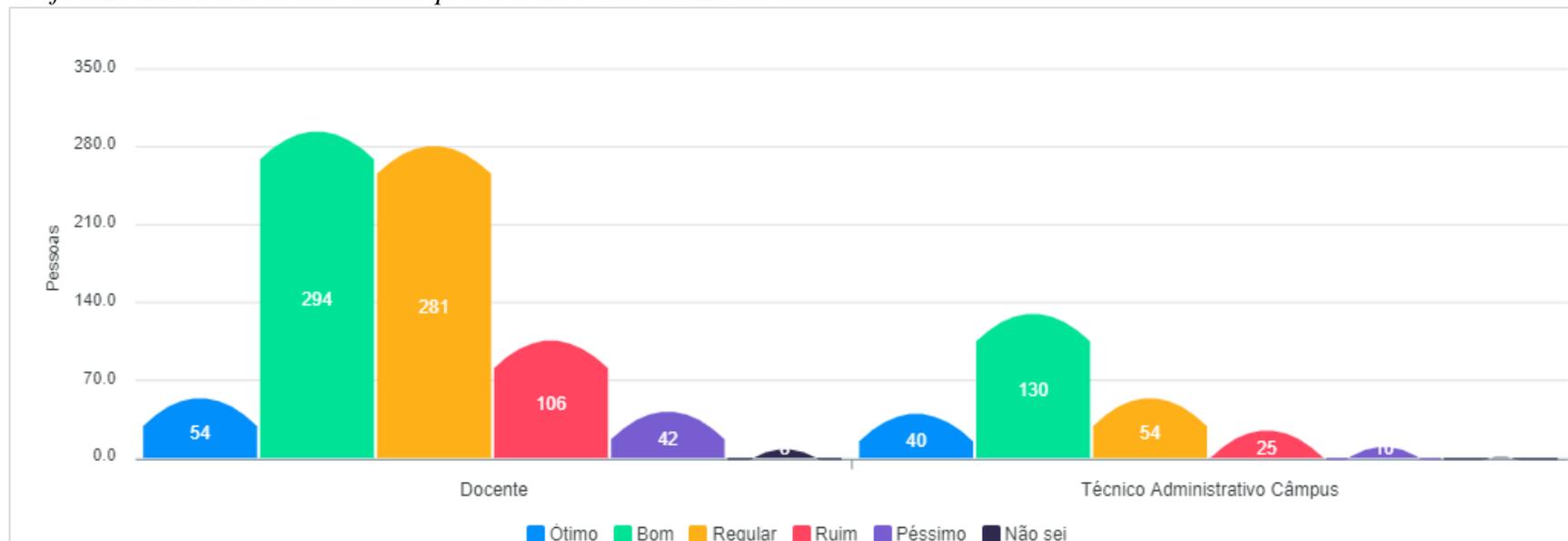


Tabela 24: As áreas de convivência para os servidores no IFG são:

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Docente	Ótimo	54	6.9%
Docente	Bom	294	37.5%
Docente	Regular	281	35.8%
Docente	Ruim	106	13.5%
Docente	Péssimo	42	5.4%
Docente	Não sei	8	1%
Melhorar: 44,3%			
Técnico Administrativo Câmpus	Ótimo	40	15.4%
Técnico Administrativo Câmpus	Bom	130	50%

Técnico Administrativo Câmpus	Regular	54	20.8%
Técnico Administrativo Câmpus	Ruim	25	9.6%
Técnico Administrativo Câmpus	Péssimo	10	3.8%
Técnico Administrativo Câmpus	Não sei	1	0.4%
Desenvolver: 65,4%			

Total de respondentes: 1045 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR GERAL: Melhorar 49,6%

3.3.1.15 Espaços administrativos da reitoria

Gráfico 24: Os espaços administrativos da reitoria são: (segmento técnico-administrativo da reitoria)

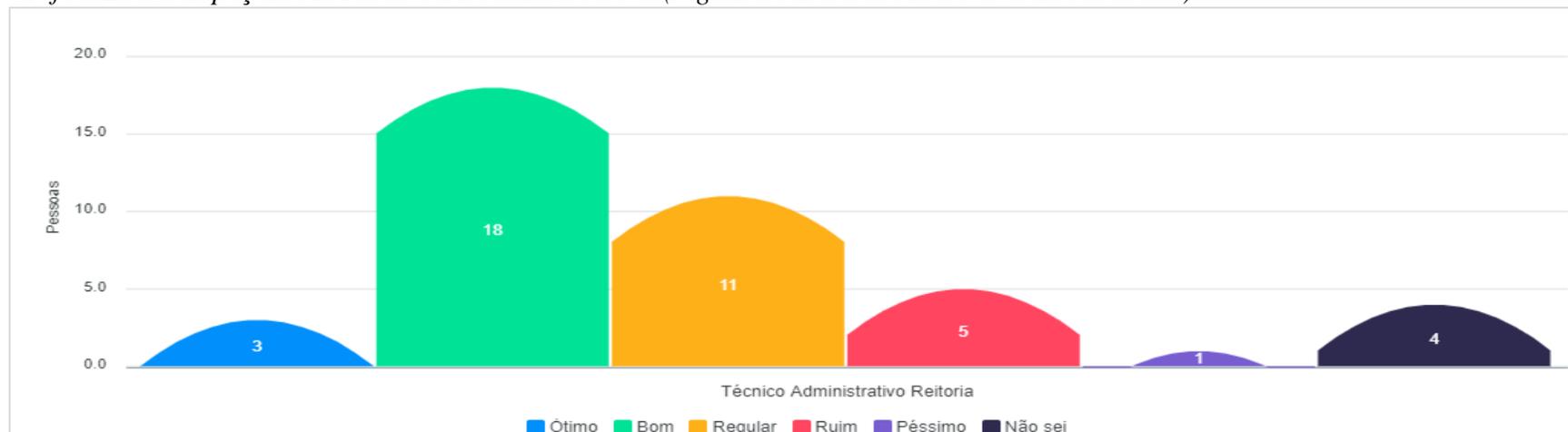


Tabela 25: Os espaços administrativos da reitoria são: (segmento técnico-administrativo da reitoria).

SEGMENTO	RESPOSTA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Técnico Administrativo Reitoria	Ótimo	3	7.1%
Técnico Administrativo Reitoria	Bom	18	42.9%
Técnico Administrativo Reitoria	Regular	11	26.2%
Técnico Administrativo Reitoria	Ruim	5	11.9%
Técnico Administrativo Reitoria	Péssimo	1	2.4%
Técnico Administrativo Reitoria	Não sei	4	9.5%

Total de respondentes: 42 pessoas. <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio>

INDICADOR GERAL: Melhorar 49,6%

3.3.2 Críticas e sugestões da comunidade para o Eixo: Infraestrutura

Estão previstas no PDI política e diretrizes para infraestrutura física no IFG. Com base nelas e na sustentabilidade financeira da Instituição, são planejadas as ações de melhoria e adequação da atual infraestrutura e a ampliação de outras necessárias. No eixo de infraestrutura foram avaliados: bibliotecas, salas de aulas, laboratórios, acessibilidade, espaços de convivência, espaços administrativos na reitoria.

➤ Biblioteca

O indicador geral para a infraestrutura da biblioteca foi de 75,5%, pergunta respondida pelos estudantes, docentes e técnicos administrativos nos Câmpus. Os aspectos da infraestrutura das bibliotecas foram bem avaliados, desde modo, a indicação da CPA é de manter, sinalizando que este é um ponto forte da instituição, que atende satisfatoriamente às expectativas da comunidade. Em relação ao acervo das bibliotecas, 68,2% das respostas dos estudantes enquadram entre “ótimo” e “bom”, demonstrado que o aspecto precisa ser desenvolvido, já para os docentes este indicador foi de 48,2%, sinalizando que deve ser melhorado.

Referente a biblioteca e áreas de estudo, acredito que os alunos deveriam ser ouvidos quanto a demanda dos livros de cada curso na biblioteca e as salas de estudo serem ao lado do prédio da música não vejo nenhum sentido! “Discente”

O local de estudo individual tem uma boa estrutura, porém o barulho do pessoal da música ao lado atrapalha bastante... e o IFG tem estrutura para realocar todos os alunos e deixar a biblioteca ser um lugar de silêncio e concentração. “Discente”

A biblioteca do IFG campus Formosa é boa, o acervo é bem grande e bom, porém a infraestrutura da biblioteca não é boa. Qualquer conversa (por menor que seja) lá dentro dá muito eco, os funcionários da biblioteca conversam muito, além da biblioteca já abrir tarde (as aulas começam 7h da manhã, a biblioteca abre 8:30 - 9h, prejudicando quem precisa acessá-la logo cedo). Ainda falando sobre a infraestrutura da biblioteca, o laboratório de informática presente lá é até bom, o problema são as poucas tomadas e poucos cabos de rede para quem leva notebook. O espaço individual é praticamente um espaço desperdiçado, pois a disposição dos móveis, a falta de tomadas e cabos de rede prejudicam quem deseja utilizá-lo. “Discentes”

Faltam materiais para leitura e estudo na biblioteca voltados para a pós-graduação em ensino de ciências e matemática. “Discente”

Gostaria de sugerir que colocassem em cada espaço de estudo individual na biblioteca mais tomadas. Que abram os banheiros da biblioteca para o aluno não ter a necessidade de sair do local. Promover o silêncio na biblioteca inclusive evitando a utilização de instrumentos musicais que por vezes incomodam as demais pessoas que estão utilizando o espaço. Discente”

Melhorar as salas de aula a partir da reforma das lousas, dos ares-condicionados, melhorar a biblioteca aumentando o acervo disponível para os cursos nas áreas em que a instituição de ensino possui. Melhorar a mobilidade e acessibilidade para os cadeirantes, e também rever as formas para um possível aumento de equipamento para os laboratórios de pesquisa e extensão para o desenvolvimento de aulas práticas. “Discente”

A biblioteca não funciona em período integral e não se catalogaram os livros existentes. A catalogação se dá de acordo com o gosto ideológico de alguns servidores. “Docente”

Faltam muitos livros essenciais à minha área de atuação (microbiologia e bioquímica) na biblioteca. “Docentes”

➤ **Salas de aulas**

Em relação as condições das salas de aula (dimensão, iluminação, comodidade, recursos didáticos entre outros), mostram-se no quesito infraestrutura, com 51% a aprovação entre os estudantes e de 49,7% entre os docentes, com indicadores geral de 51%, indicando que o aspecto precisa ser desenvolvido, a partir de ações pontuais, sobretudo de manutenção.

O questionário de autoavaliação não abordou nas perguntas fechadas os aspectos referentes à climatização das salas de aula e demais ambientes institucionais. Entretanto, no espaço aberto para críticas e sugestões a climatização nos ambientes de estudo foram lembradas pelos/pelas estudantes. Este assunto é recorrente nos relatórios de autoavaliação. A seguir, apresentamos algumas das contribuições:

As condições das salas de aula (dimensão, iluminação, comodidade, recursos didáticos, dentre outros) do IFG são altamente prejudiciais a professores e alunos. “Docente”

Minhas críticas em relação às condições em sala de aula são que as salas não dispõem de cortinas, as maçanetas das portas estão estragadas a mais de um ano, para cursos integrais, a comodidade da carteira precisa ser revistas, já que os alunos passam quase o dia toda em sala. A necessidade de um ar condicionado também precisa ser avaliada, já que em dias quentes é insuportável ficar em salas sem ar ou ventilador. “Docente”

As salas precisam de investimento na parte elétrica, muitos pontos de energia não funcionam e também precisam de mexer na climatologia, com manutenção dos ventiladores e ar condicionado. “Docente”

Em relação a comodidade nas salas de aula, os aparelhos de ar condicionado muitos não estão funcionando e influência na concentração devido ao calor excessivo na região. Os bebedouros também não estão em funcionamento, são poucos ou um se não me engano que está refrigerado a água. “Discente”

Acho apenas necessário ressaltar a necessidade de um projeto que diminua o alagamento nas salas de aula com urgência. “Discente”

As condições das salas de aulas são lamentáveis e torna o ambiente de ensino inadequado e desestimulante. Deveriam realizar uma manutenção significativa no campus. “Discente”

As salas de aula são muito quentes. É preciso colocar novos ventiladores pelo menos ou consertar os antigos com defeito. “Discente”

As salas são ótimas, porém os ventiladores são muito barulhentos a ponto de atrapalhar as aulas. “Discente”

A acústica das salas de aulas é péssima. Dá pra ouvir a aula do outro bloco. “Discente”

Colocar quebra sol nas janelas das salas de aula. Instalar data show fixo em raras as salas de aula. Reformar os quadros brancos das salas de aula. Estalar uma cantina para lanche, para evitar a saída dos alunos prejudicando as aulas. Cobrir as passarelas que ligam os blocos do campus. “Discente”

➤ **Laboratórios**

Os laboratórios didáticos mostram-se como ponto crítico no quesito infraestrutura, com 53,1% de aprovação dos/das estudantes, demonstrando que o aspecto precisa ser desenvolvido, a partir de ações pontuais, sobretudo de manutenção. A avaliação dos docentes (36,7%) e dos técnicos administrativos (33,3%) indicam que os laboratórios didáticos precisam ser melhorados. O questionário de autoavaliação institucional recebeu numerosas contribuições, no campo aberto a respeito dos laboratórios. Grande parte delas referem-se a falta de insumos para desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa; outra parte diz respeito à manutenção da estrutura física dos laboratórios e dos equipamentos.

Laboratório de biologia é pouco aproveitado, falta de técnico específico da área; laboratório miniusina poderia ser utilizado para cursos de extensão em processamento de bebidas; treinamento e/ou curso para o uso de equipamento defumador no laboratório de carnes. “Técnico Administrativo”

Os laboratórios estão sucateados, pois há algum tempo não se compra de materiais gerais. A biblioteca só não ganhou ótimo, pois a internet de lá não funciona. “Docente”

Os laboratórios precisam de mais atenção com relação aos insumos muitos estão vencidos a muito tempo e outros nem existem no local. “Discente”

Laboratórios com computadores usáveis, os outros 2 laboratórios estão com computadores obsoletos que não dão condições de uso que não seja usar internet ou digitar um texto, além do que precisaria de mais 2 laboratórios para atender os cursos a noite. “Discente”

As condições dos nossos laboratórios estão precárias, sendo necessário urgente uma modernização dos mesmos. “Discente”

➤ **Acessibilidade Física**

“A acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no IFG é”, essa pergunta foi direcionada aos três seguimentos, e neste quesito teve 65,5% de aprovação pelos estudantes, 53,2% dos docentes, 40,8% dos técnicos administrativos, e 59,5% dos técnicos administrativos Reitoria, com indicação geral de ser desenvolvido pela gestão.

O canal de suporte para as questões ligadas a acessibilidade, se faz por meio do NAPNES (Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas), que tem como objetivos garantir a igualdade de condições para o desempenho acadêmico específicas no IFG e assegurar sua plena inclusão. Os NAPNEs são compostos por uma equipe multiprofissional (pedagogos, intérpretes de libras, revisores de texto em braile, assistentes sociais e demais servidores), sendo facultada a participação de estudantes, pais e representantes da comunidade. Também está previsto no PDI 2019/2023 as ações que devem ser priorizadas pelo IFG:

1. construir a Política Institucional de Acessibilidade com vistas a atender às pessoas com deficiências e às pessoas com necessidades educacionais específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, considerando a legislação vigente, em especial as normas brasileiras que tratam do tema;
2. garantir, para toda a comunidade acadêmica, infraestrutura física, investindo em tecnologias para acessibilidade e em recursos pedagógicos que auxiliem na formação de alunos com necessidades educacionais específicas e estudantes com deficiências;
3. dotar e manter todos os Câmpus com os seguintes equipamentos de acessibilidade:
 - a) rampas de acesso às dependências dos Câmpus com corrimãos adequados aos usuários de cadeira de rodas;
 - b) sanitários apropriados para alunos com necessidades específicas com barras de apoio nas paredes;
 - c) vagas destinadas para veículos de pessoas com deficiência;
 - d) lavabos e bebedouros em altura acessível a usuários de cadeira de rodas;
 - e) portas com espaços físicos suficientes para a circulação de cadeira de rodas nos locais de acesso dos alunos;
 - f) bibliotecas com instalações e obras adequadas aos alunos com necessidades específicas (audiovisuais, motoras e auditivas).

Em relação à acessibilidade arquitetônica, a comunidade acadêmica apresentou demandas por melhoria nas condições de acessibilidade nos Câmpus, que também é assunto recorrente nos relatórios de autoavaliação, indicando que sempre há ambientes

que precisam de reformas para melhorar o atendimento as pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida:

A acessibilidade precisa ser melhorada tanto para quem é cadeirante quanto pra quem é cego ou surdo. “Docente”

Quanto a acessibilidade, apesar de existirem rampas de acesso as mesmas são muito íngremes, o que impede o acesso sem apoio aos cadeirantes. Os acessos às salas e laboratórios tem degraus (apesar de baixos) que dificultam o acesso, os banheiros com sanitários acessíveis estão com vazamentos sobre os sanitários. “Docente”

Sugiro que tenhamos espaço para avaliar os itens avaliados no quesito efetividade, uma vez que reconheço que "no papel", questões como a acessibilidade e política de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG é até bem amparada, no entanto em prática, no dia a dia dos campus o desafio ainda é beeeem grande.” Técnico Administrativo”

➤ **Espaços de Convivências**

Nos Câmpus cerca de 60,4% dos estudantes respondentes do questionário avaliaram os espaços de convivências como “ótimo” e “bom”, já os servidores respondentes (docentes e técnicos administrativos) 49,6%. Para os estudantes esse tópico precisa ser desenvolvido, no entanto, este item tem uma percepção mais negativa para servidores nos Câmpus, precisando ser melhorado.

Percebo que nos câmpus do IFG, faltam áreas mais restritas de convivência para os servidores, por exemplo, um local mais tranquilo onde o servidor poderia tirar seu horário de almoço. Também acho que faltam ações voltadas para a preservação do meio ambiente.” Técnico Administrativo”

Falta uma área reservada no campus para o planejamento das aulas dos docentes, hoje temos a sala dos professores que é aberta e parece mais uma sala de convivência dos docentes e demais servidores. “Docente”

O ambiente para convivência entre alunos do Campus é péssima a situação sobretudo dos alunos matriculados nos cursos técnicos integrados que ficam o dia todo na escola. Falta criatividade por parte da administração no que se refere à criação e condução de espaços de convivência. ”Docente”

Falta a conclusão da brinquedoteca, abertura de refeitório, durante o intervalo ficamos em pé, falta

mais bancos pelos corredores. Talvez uma praça com Refeitório...um espaço de convivências. Falta também, quadros, ou pinturas nas paredes que não tem cor, não deixa o ambiente alegre, aconchegante. talvez vasos com plantas. “Discente”

➤ **Espaços Administrativos da Reitoria**

No âmbito da Reitoria, os aspectos dos espaços administrativos tiveram aprovação de 50% dos respondentes (“bom” e “ótimo”). Desde modo, o quesito deve ser melhorado.

3.3.3 Sugestões da CPA para o EIXO: Infraestrutura

Conforme os resultados e indicações da autoavaliação, observou-se que alguns itens receberam a indicação de "melhorar". Para promover a melhoria dos aspectos avaliados que receberam menos que 51% de avaliações positivas a CPA sugere:

Acervo da biblioteca:

- Adquirir o acervo indicado pelos docentes, oriundos das áreas de atuação profissional;
- Adquirir bibliografia básica e complementar de modo a atender aos componentes curriculares previstos nos Projetos Pedagógicos de Curso;
- Adequação da bibliografia básica e complementar ao número de estudantes de cada componente curricular dos cursos de graduação e pós-graduação;
- Incentivar uso de bibliografia por meio eletrônico;
- Ampliar o acervo tendo como critérios os títulos com maior número de reservas, com maior número de sugestões encaminhadas e com maior número de empréstimos.

Laboratórios:

- Realizar um levantamento, a partir dos resultados obtidos nos Relatórios de Autoavaliação da Comissão de Avaliação nos Câmpus, sobre a situação dos laboratórios da Instituição (infraestrutura e equipamentos);
- Priorizar recursos para a manutenção dos laboratórios e compra de insumos e equipamentos.

Espaços de convivência nos Câmpus:

- Para melhorar as condições de trabalho e do tempo de descanso dos servidores sejam criadas em cada Câmpus um espaço específico para convivência dos servidores.
- Ampliação de espaços de convivência, tanto para estudantes quanto para servidores (nos Câmpus que já existem essas áreas).
- Criar espaços de convivência para comunidade acadêmica (nos Câmpus onde esses espaços ainda não existem).

Espaços administrativos da Reitoria:

- Tendo em vista a mudança de sede da reitoria a CPA acredita que grande parte dos problemas referentes aos espaços administrativos da reitoria serão sanados.

3.4 Sustentabilidade Financeira

Conforme inciso X, do 3º artigo da Lei do SINAES " sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior " deve compor a autoavaliação institucional.

Para avaliar tal item a CPA optou por consultar o PDI e a Pró-Reitoria de Administração (PROAD), uma vez que grande parte da comunidade não lida diretamente com as questões orçamentárias e portanto, não tem conhecimento ou experiência para avaliar o item.

Conforme o PDI, a instituição "sempre teve suas contas avaliadas sem ressalvas exatamente pelo zelo com o qual cuida do equilíbrio orçamentário, patrimonial e de fluxo de caixa, estando o Relatório anual de Gestão Orçamentária disponível no site: www.tcu.gov.br.

Para ampliar a transparência sobre questões orçamentárias, o PDI traz as seguintes ações a serem priorizadas:

1. a Pró Reitoria de Administração deverá apresentar até abril de 2019, para ser apensado no Anexo VIII do presente PDI, o Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, contemplando as seguintes informações: a. evolução dos limites orçamentários dos Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás dos últimos 03 anos (2016, 2017 e 2018); b. execução financeira do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás dos últimos 03 anos (2016, 2017 e 2018); c. previsão orçamentária do

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás para 2019, especificando as 15 unidades (Câmpus e Reitoria); d. estratégias de Gestão Econômico-Financeira a serem desenvolvidas durante a vigência do PDI 2019/2023; 8) deverá ser elaborado e publicizando, a partir de 2019, um Plano Orçamentário Anual que destine parte do orçamento das pró-reitorias de ensino, pesquisa e extensão para fomentar ações e projetos de ensino, de pesquisa e de extensão em cada Câmpus por meio de editais das pró-reitorias finalísticas;

Em resposta à CPA sobre as ações para o cumprimento do proposto no PDI (2019-2023) a PROAD apresentou o relatório a seguir:

"O demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira do "item 1" da página 73 do PDI, os pontos "a e b" estão apresentados na Tabela 26 e o ponto "c" Tabela 27. No ponto "d" que trata das estratégias de Gestão Econômico-Financeira a serem desenvolvidas durante a vigência do PDI 2019/2023 "a Pró-Reitoria de Administração vem adotando uma série de medidas de gestão econômico-financeira com o intuito de reduzir, principalmente, os gastos com o custeio e funcionamento da instituição, a exemplo dos projetos de eficiência energética que estão em execução nos Câmpus do IFG e também dos estudos promovidos, no âmbito do Colégio de Dirigentes, para reduzir os contratos. Dessa forma, a principal estratégia e política a ser desenvolvida pela Pró-Reitoria de Administração é focada na redução dos gastos com o funcionamento da instituição a fim de possibilitar a ampliação dos investimentos nas áreas finalísticas de ensino, pesquisa e extensão. "Nos itens 8 e 9) "o fomento às ações e projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como os aportes orçamentários que serão realizados, são definidos pelas respectivas Pró-Reitorias finalísticas, cumprindo à Pró-Reitoria de Administração apenas sua execução orçamentária e financeira."

Tabela 26: Evolução dos limites orçamentários dos Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA											
	ORÇAMENTO			DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			DESPESAS PAGAS		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
DESPESAS CORRENTES	375.111.711,00	436.119.780,00	447.899.726,00	371.265.338,14	435.324.652,03	448.403.435,59	364.050.018,15	427.858.943,40	439.705.511,32	363.400.871,49	427.175.615,40	402.638.272,58
Pessoal e Encargos Sociais	306.075.215,00	368.336.225,00	382.036.241,00	303.125.652,64	367.686.294,48	379.366.147,46	303.125.652,64	367.686.294,48	379.366.147,46	303.125.652,64	367.541.256,04	345.881.164,78
Outras Despesas Correntes	69.036.496,00	67.783.555,00	65.863.485,00	68.139.685,50	67.638.357,55	69.037.288,13	60.924.365,51	60.172.648,92	60.339.363,86	60.275.218,85	59.634.359,36	56.757.107,80
DESPESAS DE CAPITAL	9.473.786,00	5.065.618,00	3.880.000,00	14.542.496,70	8.325.887,74	13.436.187,60	4.149.630,09	2.576.367,84	840.260,33	3.905.247,29	1.885.518,56	668.788,21
Investimentos	9.473.786,00	5.065.618,00	3.880.000,00	14.542.496,70	8.325.887,74	13.436.187,60	4.149.630,09	2.576.367,84	840.260,33	3.905.247,29	1.885.518,56	668.788,21
TOTAL	384.585.497,00	441.185.398,00	451.779.726,00	385.807.834,84	443.650.539,77	461.839.623,19	368.199.648,24	430.435.311,24	440.545.771,65	367.306.118,78	429.061.133,96	403.307.060,79

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA					
	2019					
	PREVISÃO	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO ATUALIZADO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
DESPESAS CORRENTES	458.874.798,00	458.874.798,00	494.005.069,00	484.212.337,00	471.769.621,00	433.469.078,00
Pessoal e Encargos Sociais	387.165.851,00	387.165.851,00	421.355.028,00	412.901.285,00	412.901.285,00	377.452.428,00
Outras Despesas Correntes - Obrigatória	19.581.538,00	19.581.538,00	20.522.632,00	19.855.605,00	19.855.605,00	18.236.494,00
Outras Despesas Correntes - Discricionária	52.127.409,00	52.127.409,00	52.127.409,00	51.455.447,00	39.012.731,00	37.780.156,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.000.923,00	5.153.725,00	2.722.868,00	2.719.768,00	584.369,00	555.199,00
Investimentos	2.000.923,00	5.153.725,00	2.722.868,00	2.719.768,00	584.369,00	555.199,00
TOTAL	460.875.721,00	464.028.523,00	496.727.937,00	486.932.105,00	472.353.990,00	434.024.277,00

Tabela 27: Previsão orçamentária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás para 2019, especificando as 15 unidades (Câmpus e Reitoria).

Item	Orçamento IFG Custeio e Investimento 2019 (Despesas Discricionárias) - Câmpus e Reitoria															
	Águas Lindas	Anápolis	Aparecida	Cidade de Goiás	Formosa	Goiânia	Goiânia Oeste	Inhumas	Itumbiara	Jataí	Luziânia	Senador Canedo	Uruaçu	Valparaíso	Reitoria	Total
Capacitação	5.500,00	16.000,00	16.000,00	0,00	14.882,37	180.000,00	19.000,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	3.000,00	683.487,63	954.870,00
Funcionamento	1.243.514,52	1.936.000,00	1.955.425,42	1.512.934,25	1.919.055,50	9.023.129,34	1.327.435,67	1.537.343,01	2.075.020,34	2.152.052,74	1.793.267,47	1.122.591,23	2.270.687,42	1.255.619,48	9.341.214,61	40.465.291,00
Receita Própria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.590.312,00	1.590.312,00
Contribuições a Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.910,00	62.910,00
Imprensa e EBC	5.500,00	23.069,54	15.000,00	5.000,00	16.500,00	35.000,00	2.000,00	8.500,00	12.000,00	5.000,00	7.000,00	7.000,00	5.500,00	6.000,00	366.531,46	519.601,00
Assistência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.534.425,00	8.534.425,00
Custeio	1.254.514,52	1.975.069,54	1.986.425,42	1.517.934,25	1.950.437,87	9.238.129,34	1.348.435,67	1.545.843,01	2.095.020,34	2.157.052,74	1.800.267,47	1.129.591,23	2.285.187,42	1.264.619,48	22.579.803,70	52.127.409,00
Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.923,00	2.000.923,00
Total	1.254.514,52	1.975.069,54	1.986.425,42	1.517.934,25	1.950.437,87	9.238.129,34	1.348.435,67	1.545.843,01	2.095.020,34	2.157.052,74	1.800.267,47	1.129.591,23	2.285.187,42	1.264.619,48	22.579.803,70	54.128.332,00

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CPA tem dispensado esforços e tem convicção de que os processos de autoavaliação no IFG podem subsidiar a tomada de decisões tanto no campo da gestão administrativa, quanto no campo da gestão acadêmica. Considerando as informações de cada eixo e dimensão de avaliação do Sinaes aqui analisadas, apresentamos reflexões e proposições de melhorias:

- Aprimorar a devolutiva da autoavaliação institucional para a comunidade acadêmica;
- Fortalecer os trabalhos da CPA central em conjunto com as Comissões Locais de Avaliação nos Câmpus;
- Melhorar a formas e os processos de comunicação institucional (demanda recorrente de uma instituição MultiCampi);
- Analisar as demandas específicas de cada Câmpus e da Reitoria;
- Melhorar os laboratórios (insumos e equipamentos);
- Climatização das salas de aulas e melhorar a climatização de bibliotecas;
- Cantinas e restaurante para comunidade acadêmica nos Câmpus;
- Ampliar o acervo das bibliotecas;
- Ampliar os espaços de convivência, de lazer, e arborização (são demandas recorrentes e necessárias para a harmonia das relações humanas e de trabalho nos diversos Câmpus do IFG);
- Propiciar mecanismos que promova a saúde mental dos estudantes, saúde do trabalhador, e ações de segurança (são temas recorrentes nas questões abertas do processo de autoavaliação);
- Promover a inserção da comunidade acadêmica em discussões e ações que envolvam e promovam a erradicação do racismo, a inclusão e a permanência dos estudantes, diminuição dos índices de retenção e evasão e assédio moral.

No âmbito da pesquisa da Autoavaliação um dos avanços foi a ferramenta de coleta dos dados (Plataforma), onde os mesmos, são tratados estatisticamente e gerados os gráficos, as porcentagens e as indicações “desenvolver”, “melhorar” e “manter”, para cada questão. No entanto, uma fragilidade que precisa ser superada no instrumento atual é a impossibilidade de restringir a uma resposta por usuário, visto que essa opção obrigaria a identificação do respondente para acessar o questionário. Esta ferramenta

trouxe ganhos ao processo de autoavaliação para a CPA, e será aprimorada para as próximas coletas de dados.

Os desafios são muitos, a organização institucional do IFG é complexa e desafiadora. O conhecimento dessa estrutura organizacional por toda a comunidade acadêmica é importante para que a CPA consiga reorganizar suas estratégias e delinear um processo avaliativo mais eficaz. Um processo que retrate com mais fidelidade nossas potencialidades e fragilidades, e que as fragilidades possam ser sanadas.

Esperamos, que este documento, disponibilizado a comunidade acadêmica, nos tragam a reflexão, e as transformações necessárias que nos proporcione o compromisso com a nossa missão institucional.

5 REFERÊNCIAS:

BRASIL, Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências

BRASIL, Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

CONSUP/IFG nº 006, de 31 de março de 2014. Regulamento da Comissão Propriedade Avaliação – CPA. 2014. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/resolucao172015.pdf>

IFG-Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016; 2013. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/122/pdi.pdf>

IFG. Plano de Dados Abertos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. 2017; Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/servidor/138-tecnologia-da-informacao/4034-pda>

IFG. Minuta do Plano de Permanência e Êxito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/documentos-ensino?showall=&start=4>

IFG- Relatório de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (Ano Referência 2017), 2018.

IFSC- Relatório de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, 2016.

INEP/DAES/CONAES Nota Técnica nº 65/2014. Roteiro do Relatório de Autoavaliação Institucional. Disponível em:
http://www.pucsp.br/cpa/downloads/nota-tecnica-inep-daes-conaes-065.2014_roteiro-para-relatorio-de-autoavaliacao-institucional.pdf

MEC Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007. Instituição e - MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolidação de disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.